

TEXTOS PARA DEBATE Nº 01

MEDO DA
VIOLÊNCIA
E O APOIO AO
AUTORITARISMO
NO BRASIL

ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO
A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

VIDAS E NÚMEROS QUE IMPORTAM!

MEDO DA VIOLÊNCIA E O APOIO AO AUTORITARISMO NO BRASIL

ÍNDICE DE PROPENSÃO AO APOIO
A POSIÇÕES AUTORITÁRIAS



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

VIDAS E NÚMEROS QUE IMPORTAM!

SÃO PAULO | 2017

Ficha Institucional

Conselho de Administração

Cássio Thyone A. de Rosa – Presidente

Elizabeth Leeds – Presidente de Honra

Arthur Trindade Maranhão Costa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Elisandro Lotin de Souza

Jésus Trindade Barreto Jr.

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Paulo C. Pinheiro Sette Câmara

Roberto Maurício Genofre

Yolanda Salles D. Catão

Conselho Fiscal

Edson M. L. S. Ramos

Sérgio Roberto de Abreu

Silvia Ramos de Souza

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Ficha Técnica do Projeto

Concepção e Coordenação Técnica

Renato Sérgio de Lima

Tratamento e validação dos dados, análise e construção das Escalas

James Ferreira Moura Junior

Consultoria metodológica

Paulo Jannuzzi

Revisão Técnica

Samira Bueno

Equipe técnica

Cauê Martins

Marina Pinheiro

Isabela Sobral

Roberta Astolfi

David Marques

Olaya Hanashiro

Cristina Neme

Amostragem e Coleta

Instituto Datafolha

Produção Visual

Seepix

Assessoria de Comunicação

Análítica Comunicação

Catálogo na Publicação (CIP)

Ficha Catalográfica elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias /

Organizador: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

38p.

1. Ciências Sociais. 2. Autoritarismo – Brasil. 3. Medo da violência. 4. Segurança Pública – Brasil.

I. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Sumário

Apresentação	7
Medindo Posições Autoritárias	9
A influência de variáveis demográficas e sociais	15
O peso do medo do crime e da violência	21
Índice de Propensão ao apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais	24
Considerações Finais	36

Índice de gráficos, tabelas e ilustrações

Gráfico 1: Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias, por dimensão (resposta estimulada e única, em %)	13
Gráfico 2: Escores calculados por dimensão do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias	14
Gráfico 3: Escores calculados por dimensão do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias	15
Gráfico 4: Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por faixa etária	16
Gráfico 5: Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por Cor/Raça	17
Gráfico 6: Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por Classe Econômica	18
Gráfico 7: Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por Porte do Município	19
Gráfico 8: Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por Macrorregião do País	19
Gráfico 9: Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por Medo da Violência	23
Gráfico 10: Propensão ao Apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais, por enunciado (resposta estimulada e única, em %)	28
Gráfico 11: Posicionamento da população em relação à afirmação “Homens e mulheres são igualmente responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos”	29
Gráfico 12: Posicionamento da população em relação à afirmação “O movimento feminista ajuda na luta pela igualdade das mulheres com os homens”	29

Gráfico 13: Posicionamento da população em relação à afirmação “Não há vergonha nenhuma em ter filhos(as) assumidamente homossexuais”	30
Gráfico 14: Posicionamento da população em relação à afirmação “Um casal do mesmo sexo (dois homens ou duas mulheres) pode adotar e criar filhos tão bem quanto um casal composto por um homem e uma mulher”	30
Gráfico 15: Posicionamento da população em relação à afirmação “A adoção de cotas raciais para negros em Universidades e Serviços Públicos é importante para a redução da desigualdade entre brancos e negros no Brasil”	31
Gráfico 16: Posicionamento da população em relação à afirmação “Hoje não há racismo no Brasil, apenas diferenças de classes sociais”	31
Gráfico 17: Posicionamento da população em relação à afirmação “Se uma pessoa trabalha, porém é muito pobre, é justo que receba Bolsa Família”	32
Gráfico 18: Posicionamento da população em relação à afirmação “A lei das domésticas interfere indevidamente nas relações entre patrões e empregados”	32
Gráfico 19: Posicionamento da população em relação à afirmação “Todas as religiões merecem respeito mas o Estado Laico, isto é, sem influência das religiões, precisa ser preservado e valorizado”	33
Gráfico 20: Posicionamento da população em relação à afirmação “Melhorar as condições das prisões brasileiras é fundamental para reduzirmos o poder das facções e do crime organizado”	34
Gráfico 21: Índice de Propensão ao Apoio à Agenda de Direitos por Medo da Violência	35
Quadro 1: Assertivas utilizadas para dimensionar o grau de propensão ao apoio a posições autoritárias na população brasileira (com 16 anos ou mais de idade), por sub-dimensão latente	12
Quadro 2: Grau estimado de propensão ao apoio a posições autoritárias	14
Quadro 3: Quesitos utilizados na mensuração do medo da violência entre a população brasileira	21
Quadro 4: Índices médios referente a medo por quartil	22
Quadro 5: Quesitos utilizados na mensuração do medo da violência entre a população brasileira (utilizados no Índice de Propensão ao apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais)	34
Quadro 6: Índices médios referentes ao medo por percentil	35

Apresentação

Ao longo dos seus 11 anos de existência, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP notabilizou-se, pelo esforço, entre outras ações, de sistematização e disseminação engajada em defesa da vida, de dados e de informações sobre uma das áreas mais malditas do debate político. Ao estruturar sua missão em torno da ideia de vidas e números que importam, o FBSP visa configurar as balizas que nos permitem falar de segurança pública e tocar em um tema evitado politicamente por autoridades públicas e pela própria sociedade. No limite, a entidade visa trazer para o primeiro plano da Política evidências científicas e análises que reflitam sobre as raízes dos problemas e as suas soluções, que passam, em certa medida, pelo estabelecimento do sentido de urgência e pela mobilização para que haja coragem de enfrentarmos nossos fantasmas históricos e institucionais associados.

Vivemos amedrontados pelo crime e pela violência e, em um momento de profunda crise de legitimidade das instituições democráticas, estamos sob ataque de grupos que professam sua fé na violência como forma de governar e de, paradoxalmente, pacificar a sociedade, emulando uma espécie de vendeta moral e política que nunca tem fim e que parece ganhar cada vez mais adeptos ao reverberar ódios, preconceitos e intolerância. Vendeta que, não obstante as evidências contrárias, desconsidera a arquitetura institucional da segurança pública e da justiça criminal; desconsidera, sobretudo, dinâmicas sociais que aceitam a violência doméstica, a violência de gênero, a violência agrária, as agressões nos bares, no transporte público e/ou a dos vários outros conflitos interpessoais que extrapolam a tradicional imagem das polícias versus os “bandidos”, cada vez mais “organizados”, “audaciosos” e “perigosos”.

Nesse processo, com o domínio crescente das Redes Sociais, as diversas narrativas políticas e ideológicas em disputa são potencializadas e o Brasil vai sendo vendido como “terra devastada”, na qual as saídas são sempre mais simplistas e de cunho salvacionista. Enquanto isso, o FBSP tem procurado repetidamente mostrar que o drama da violência, em especial aquela que gera cerca de 60 mil mortes intencionais anuais e faz com que mais de 50 milhões de pessoas que compõem a população adulta do país conheçam pessoas que foram assassinadas não mobiliza a sociedade e, por conseguinte, revela que ela aceita que determinados segmentos sociais e demográficos sejam tidos como cidadãos de “segunda classe” e/ou “matáveis” (pobres, jovens, negros e negras, população LGBT, entre outros). Compreendemos que o Brasil sempre tratou a violência de modo banal vide os diversos casos de linchamentos coletivos que são datados desde o período colonial. Caminhando para o final da década de 2010, pode ter havido uma maior visibilidade dos casos por conta das redes sociais e da organização de grupos que propagam e defendem a violência como forma de autorregulação social, sendimentando a banalidade da vida que rege o nosso cotidiano e com a permanência da violência como marca societária do país.

E como chegamos até aqui? Com décadas e décadas relegando o tema à terceira divisão das prioridades políticas e institucionais. Ou pior, lidando com violência, medo, risco e vitimização criminal como uma pauta quase que exclusivamente policial, que, por sua vez, foca seus padrões operacionais no controle da ordem pública e na lógica do enfrentamento ao criminoso [não no crime]. Em meio à “guerra às drogas” inaugurada na década de 1970 e à caça aos “delinquentes”, nossas políticas criminais e penitenciárias obsoletas não priorizam a prisão de matadores e outros autores de graves e violentos crimes, transformando prisões em celeiros de facções e o cenário urbano em uma praça de guerra cruenta e visceral. Gastam-se energias, recursos e esforços, mas não chegamos a lugar algum e, nesta toada, cada instituição da área vai tocando

suas ações na esperança de que, em algum momento, as coisas se resolvam – e na erupção de episódios agudos de crises penitenciárias, de greves de policiais ou de fortes confrontos entre grupos/facções por controle de territórios, cada vez mais recorrentes, recorreremos às Forças Armadas como bálsamo tópico.

É fato que, em situações e contextos específicos, ganhos pontuais de integração e coordenação são alcançados e alguns índices criminais apresentam sinais de decréscimo. Vários e importantes têm sido os programas e iniciativas de redução dos crimes violentos tentados ao longo dos últimos anos pelas Unidades da Federação. Todavia, ao primeiro sinal de crise ou de mudança política, tudo volta sempre ao ponto do nosso eterno recomeço. A verdade é que a segurança pública se tornou o grande calcanhar de Aquiles da sociedade brasileira, mas é pouco reconhecida como fator de desenvolvimento democrático e, tampouco, como agenda prioritária no debate político brasileiro – mesmo setores que historicamente são publicamente vistos como associados à ideia da garantia de direitos humanos, deixam de lado, em suas tentativas de renovação da política, uma discussão mais substantiva sobre o que fazer para que a segurança pública seja mais eficiente em termos de redução da violência e do medo e tendem a reduzir tudo à legítima mas não suficiente esfera da denúncia.

O resultado mais emblemático deste movimento pode ser traduzido, entre vários outros exemplos possíveis, no perigoso e real jogo de mata-mata vivido por policiais e criminosos, cuja regra de ouro é sobreviver mesmo que, para isso, tenha-se que puxar o gatilho primeiro. Há uma grave fratura na sociedade sobre como lidar com crimes e criminosos, pela qual muitos “aceitarão” a morte de alguns em defesa do Estado e da sociedade. Como consequência, ao invés de interromper o ciclo, dirigentes públicos e autoridades muitas vezes irão investir eleitoralmente e institucionalmente neste discurso na expectativa de servirem de caixa de ressonância dos anseios e medos da população por mais segurança. Só que, ao fazerem isso, não percebem que o jogo se assemelha a uma roleta russa, na qual não há sobreviventes ou vencedores.

Por tudo isso, a mensagem que queremos transmitir é cristalina: se o Brasil não encarar de frente o drama da violência e não construir um novo projeto político e institucional para a segurança pública do país, não só veremos as tentações autoritárias crescerem, como corremos sérios riscos de retrocessos civis, políticos, sociais e econômicos – ainda mais em um ambiente que mistura questões locais com reiterados e agressivos discursos do Presidente dos EUA, Donald Trump, louvando pautas reacionárias em relação aos direitos civis e humanos e à democracia no mundo.

E é, diante deste contexto de fraturas expostas na sociedade, que o FBSP apresenta este primeiro número da nova série “Texto para Debate” contendo o **Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias** e um módulo adicional sobre resultados preliminares e aspectos a serem considerados na construção de um Índice de Propensão ao Apoio à Agenda de Direitos Civis e Humanos. Em ambos os índices, aproveitando a parceria com o Instituto Datafolha, procurou-se não só mostrar os rumos das disputas por narrativas políticas, porém controla-las pelo medo da violência presente na população adulta do país – não do medo genérico, mas do medo medido a partir de questões objetivas. Trata-se, enfim, de uma contribuição que esperamos capaz de suscitar discussões, reflexões e, em especial, jogar luz à forma como administramos conflitos sociais e estruturamos as respostas públicas frente ao crime, à violência e à garantia de direitos do país.

Para saber mais sobre a associação de medo, insegurança e tentações autoritárias, veja:
<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/06/1895452-violencia-e-medo-in-sufiam-defesa-de-autoritarismo-no-brasil.shtml>

Medindo Posições Autoritárias

A medição de tendências autoritárias tem larga tradição nas Ciências Sociais e especificamente na Psicologia Social. Em geral, ela é tributária dos estudos sobre moralidade (Box 1) e/ou personalidade autoritária, que se ligam historicamente a ascensão de regimes totalitários no início do séc. XX como o Nazismo, o Fascismo e o Comunismo. O apoio dos indivíduos a estas ideologias e sua relação com fenômenos como o preconceito e o etnocentrismo mobilizaram acadêmicos em todo o mundo na tentativa de compreender como estes fatores combinaram-se e propiciaram um terreno fértil para o desenvolvimento de ideologias que culminaram na segunda Guerra Mundial (BARROS; TORRES; PEREIRA, 2009).

Foi Erich Fromm, psicanalista judeu alemão que emigrou para os EUA, que primeiro notou a relação entre o Nazismo e o autoritarismo. Em obra publicada

em 1941, o autor destacou uma das principais características vinculadas à personalidade autoritária: a orientação ambivalente entre autoridade e poder. Segundo esse autor, o indivíduo autoritário é, a um só tempo, submisso e dominador; isto porque é submisso em relação àqueles que percebe como mais fortes – autoridade -, e dominador diante daqueles que julga mais fracos (POLO, 1975, pg. 48). Frenkel e Sanford discutiram traços mais gerais associados a atitude antissemita que chamou de Etnocentrismo e foi medida pela escala E (Box 2). Mas foi a seminal publicação de Theodor Adorno em 1950 que se tornou o principal instrumento para mensuração de personalidades autoritárias, chamada de Escala F (Fascismo). Neste trabalho, T. Adorno procurou avaliar o preconceito-etnocêntrico e mensurar as disposições a concepções fascistas e autoritárias (POLO, 1975).

BOX 1: Sobre a moralidade

Uma das questões que mais são mobilizadas pela discussão pelas escalas psicométricas, a moralidade tem sido objeto de grande acúmulo teórico ao longo da história. Ela refletiria as condições subjetivas da ação correta, respondendo à pergunta do indivíduo isolado sobre como agir corretamente na busca do bem pessoal.

Na Grécia antiga, o ser moralmente competente é aquele que consegue assegurar um equilíbrio entre seus desejos, sua vontade e sua razão. Na teoria moral dos gregos não há uma polarização entre indivíduo e sociedade (cidadão – polis). Os seres humanos são concebidos como integrantes de uma comunidade e não como sujeitos singularizados, fora de um contexto social. Dessa forma a ação moral é indissociável da ação política.

Na filosofia moderna, Kant identifica a necessidade do homem de agir segundo certas regras o que possibilita a existência de uma sociedade justa, fundamentada em um contrato social que atende aos direitos de todos, a dignidade de cada um e assim da humanidade como um todo. Agir de forma moralmente correta, significaria respeitar a dignidade do homem. De acordo com esse autor, leis que se baseiam em máximas racistas e irracionais jamais poderiam ser consideradas morais. Pois a moralidade está ligada ao respeito incondicional à dignidade e à vida humana na pessoa de cada um e da humanidade como um todo. A sociologia dos séculos XIX e XX analisou a inserção do sujeito na engrenagem social, na qual a objetividade do social prevalece sobre a subjetividade do indivíduo. O homem é sujeito a “leis universais” que garantem o funcionamento e a preservação da sociedade. Os julgamentos morais e as ações sociais só fazem sentido no grupo social e na sociedade. A moralidade só pode existir a partir do sujeito na sociedade e a consciência moral do indivíduo é o reflexo da consciência coletiva. A questão da moralidade, deslocada do sujeito para a sociedade, resulta na moralização da sociedade. Barbara Freitag, coloca que a questão da moralidade pode ser analisada de acordo com a pergunta: “Como devo agir”. Pergunta que desencadeia outros questionamentos: Como posso julgar a minha ação ou a dos outros? Quais os critérios segundo os quais faço esse julgamento? Segundo que máximas, princípios ou valores deve orientar-se (minha ou) a ação dos outros?

Esses questionamentos podem ser respondidos por uma variedade de respostas complexas. As perguntas focam no sujeito inserido na vida em sociedade que age e que tem a sua ação submetida a julgamentos que são orientados por critérios ou valores. É importante observar que a ação desse sujeito está voltada para o futuro e que o desafio que nos cabe enquanto sociedade é convenceremos os indivíduos de que os valores em comum que precisamos ter como sociedade não restringem sua liberdade, mas, sim, a reforça.

Não há indivíduo sem sociedade, não há sociedade sem indivíduos. A questão da moralidade não é uma questão individual, e sim uma questão de todos e de cada um, central na da vida em sociedade e indissociável de um projeto racional, justo e democrático para a humanidade para o presente e futuro. Deste modo, uma abordagem que analise os fenômenos e os desafios morais do nosso tempo deve levar em conta que a dignidade da pessoa só pode ser realizada no grupo que concretizar o respeito mútuo e o bem-estar de cada um, assim como a autonomia do sujeito depende da realização da liberdade e solidariedade de todos.

Para saber mais:

FREITAG, B., “A questão da Moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas”. Tempo Social; Ver: Sociol. USP, S. Paulo, 1(2): 7-44. Sem. 1989

_____, Itinerários de Antígona: A questão da moralidade, Campinas, SP : Papirus, 1992

BOX 2: Escalas

Escalas são medidas compostas construídas com base numa estrutura de intensidade entre os itens da medida (concordo totalmente, concordo em parte; discordo em parte, discordo totalmente) e que visam a combinação de uma ou mais mensurações com o objetivo de estabelecer um único valor. Elas são uma técnica de análise quantitativa pela qual se busca identificar e contrastar diferentes posições em relação a um mesmo tema e/ou problema dispondo-as numa espécie de continuum dimensional. Para que isso seja possível, os padrões de resposta são estatisticamente identificados e ponderados, sendo considerados em seu conjunto e não somente isoladamente. Ao contrário de questionários tradicionais, os enunciados das questões aplicadas e que servirão para a construção deste tipo de medida devem ter “cargas” valorativas em relação ao objeto/comportamento a ser avaliado e, por isso, em geral, não são neutros ou resumem-se à apenas uma afirmação. Com isso, busca-se, pela combinação de fatores, identificar diferentes intensidades de adesão às respectivas cargas contidas em cada questão, sendo que cada posição identificada corresponde a um grau de proximidade com o conceito que se pretende medir.

Para saber mais:

Métodos de Pesquisa de Survey, de Earl Babbie. Editora da UFMG. 2003 (capítulo 8, p. 213-45) e/ou Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. Louise H. Kider (org). In. Selltiz-Wrightsmen-Cook, 1987, volume 2. EPU.

A escala psicométrica elaborada por Theodor Adorno – em conjunto com o grupo de psicólogos sociais da Universidade de Berkeley, Califórnia (Else Frenkel-Brunswick, Daniel J. Levinson e R. Nevitt Sanford) – foi desenhada com o objetivo de medir tendências antidemocráticas implícitas na personalidade dos indivíduos. O conjunto de frases que compõe o formulário empregado na pesquisa pretendia aferir a adesão a assertivas autoritárias sem explicitar, no entanto, o objetivo de investigar essa adesão ao autoritarismo. O questionário se apresentava como um levantamento geral de opinião pública sobre questões cotidianas (ADORNO et al., 1950). Os indivíduos não foram questionados diretamente sobre seu posicionamento político e ideológico. Deste modo, pretendia-se identificar, nos Estados Unidos dos anos 1950 (apenas cinco anos após o término da Segunda Guerra Mundial), uma potencial receptividade da população à propaganda antidemocrática e, com isso, perceber tendências de crescimento do autoritarismo em um país democrático.

As primeiras versões do questionário utilizado visaram estimar, ainda de modo exploratório, a adesão a ideias autoritárias correlatas ao Nazismo: Antissemitismo, Etnocentrismo e Conservadorismo político-econômico. Essas foram as escalas testadas inicialmente. Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível compor um único formulário de 78 itens com o objetivo de medir a ideologia subjacente aos três grupos. Esse novo instrumento foi chamado de Escala F, em função de seu objetivo de captar tendências pré-fascistas implícitas (ADORNO et al., 1950). As questões também foram validadas em estudos de caso: grupos focais e entrevistas clínicas com indivíduos com pontuações distintas na escala (Mack e Larry). Quanto mais a confiabilidade das afirmações era medida,

diminuía-se o número de itens da Escala. Deste modo, se o primeiro formulário tinha 78 itens, aos poucos ele foi sendo calibrado e passou para 60, 45 e, por fim, 40 assertivas. As afirmações do formulário se distribuíam em nove dimensões: submissão à autoridade; agressividade autoritária; convencionalismo; antiintrospecção; superstição e estereotipia; poder e “dureza”; destrutividade e cinismo; projetividade; preocupação com o sexo. As três primeiras dimensões concentram as questões principais do estudo. Robert Altemayer (1981) elaborou, com base nessas três dimensões, a escala de comportamento Autoritário das Direitas (*Right Wing Authoritarianism*).

A dimensão “Convencionalismo” media à época a adesão rígida a valores convencionais da classe média norte-americana dos anos 1940, um apego às normas morais e uma inclinação a punir quem não as segue. A afirmação “*um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizade com pessoas decentes*” denota esse apego a imagens do que seria uma pessoa decente e com quem ela se relaciona. O item que divide os homens em duas categorias, “*os fracos e os fortes*”, mede também a adesão a categorias fechadas e convencionais. Como afirma Adorno, o indivíduo que segue convenções também pode mudar facilmente de um conjunto de padrões a outro, de uma ideologia a outra (ADORNO et al, 1950). No entanto, mesmo com a mudança de padrão, a estrutura de classificação e hierarquização ainda permanece. A personalidade apegada a valores convencionais possui grande potencial de seguir e fazer o que lhe é dito por agência externa, não importa o teor do pedido. Outro fator importante do “Convencionalismo” é o pensamento em categorias rígidas e a crença em causas externas fantásticas ou místicas que determinam o destino dos indivíduos,

que os autores chamam de superstição, como capta a afirmação: *“a ciência tem o seu lugar, mas há muitas coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender”*. No limite, a adesão a esses valores indica a tendência de retirar do indivíduo a responsabilidade por seus próprios atos.

A dimensão “Submissão à autoridade” representa a tendência ou desejo em adotar uma atitude submissa e acrítica perante as autoridades morais idealizadas em determinado grupo social. Está associada ao desejo de um líder forte e moralmente respeitado. A concordância com os itens desta dimensão não denota apenas um respeito equilibrado e razoável a uma autoridade válida, derivada de normas e acordos socialmente construídos, mas uma necessidade exagerada de submissão a uma pessoa idealmente detentora de carisma e “virtudes” morais específicas. É o que está indicado quando se diz que *“a obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar às nossas crianças”*. Neste sentido, não se indica uma visão crítica dos rumos da sociedade, apenas a obediência servil e, no limite, opressora. A “submissão à autoridade” contribui para o potencial antidemocrático pois indica a receptividade dos indivíduos de serem orientados por forças externas mais fortes sem questionamentos ou criticidade. Significa dizer que apenas este líder forte pode indicar os caminhos que a sociedade deverá percorrer, ainda que impliquem em opressão de grupos sociais minoritários dentro desta mesma sociedade, e a indisposição e a desvalorização do dissenso próprio de uma arena política democrática.

Já o que a dimensão “Agressividade autoritária” pretende medir é a tendência a procurar, condenar, rejeitar e punir (violentamente) as pessoas que violam os valores convencionais e tradicionais, mesmo quando resultam em opressão. Está fortemente relacionada à dimensão Submissão à autoridade. É o que está presente na declaração *“A maioria de nossos problemas sociais estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos pervertidos”*. Categorias como “imoralidade”, “perversão” e “marginalidade” demarcam distinções entre valores sociais de determinado grupo social e práticas de um grupo social. Nesse sentido, não há abertura para crítica destes valores (que apenas podem ser obedecidos) e

deve haver punição para quem não compactua com eles. Em relação à realidade brasileira, esta questão lembra a recente onda moralista, que clama por censura e denúncia de exposições artísticas e culturais que recorrem a nudez e as tratam, independente de maiores apurações, como imorais e apologéticas de pedofilia. Adicionalmente, esta dimensão também se caracteriza pela oposição ao que é difícil de compreender, à introspecção, imaginação e intelectualidade, como atesta a afirmação: *“se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor”*.

No Brasil, José Leon Crochík (2005) foi quem mais se notabilizou no uso desses tipos de escalas psicométricas e, para isso, ele se baseou no formulário de 40 itens da escala F, de Adorno e colaboradores, mas o reduziu e validou em uma versão com 28 itens (Teste de Validade Alpha de Cronbach igual a 0,84), aplicada em 139 estudantes de Administração de Empresas e de Psicologia no início dos anos 2000 no Estado de São Paulo. O estudo utilizou a escala F e, ainda, outras três escalas desenvolvidas pelo próprio autor: escala de ideologia da racionalidade tecnológica, de características narcisistas de personalidade e de manifestação de preconceitos.

No caso do **Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias** ora apresentado, por questões operacionais e de custo envolvidas em uma pesquisa amostral e nacional, empregaram-se 15 das frases assertivas entre as com maiores cargas fatoriais da escala medida por Crochik, e foram adicionados dois novos enunciados, no intuito de mensurar a eventual influência da religiosidade na construção das representações sociais acerca da identidade dos policiais brasileiros (*“O policial é um guerreiro de Deus para impor a ordem e proteger as pessoas de bem”*) e, ainda, mensurar eventual preconceito com pobres após vários anos de investimento em programas de transferência de renda e combate à pobreza extrema (*“Pobreza é consequência da falta de vontade de querer trabalhar”*). Mesmo com a redução do número de enunciados, procurou-se distribuir as assertivas selecionadas pelas suas cargas fatoriais de forma equilibrada de acordo com as três sub-dimensões estruturantes do que Adorno e, posteriormente, Crochík conceituaram como fenômenos associados a posturas autoritárias (Quadro 1).

Quadro 1: Assertivas utilizadas para dimensionar o grau de propensão ao apoio a posições autoritárias na população brasileira (com 16 anos ou mais de idade), por sub-dimensão

SUBMISSÃO À AUTORIDADE	AGRESSIVIDADE AUTORITÁRIA	CONVENCIONALISMO
O que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem o povo possa depositar a sua fé	A maioria de nossos problemas sociais estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos perversos	A ciência tem o seu lugar, mas há muitas coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender
A obediência e o respeito à autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar as nossas crianças	Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor	Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os fortes
Não há nada pior do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais	Deve-se castigar sempre todo insulto à nossa honra	Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizade com pessoas decentes
Nenhuma pessoa decente, normal e em seu juízo pensaria em ofender um amigo ou parente próximo	Os crimes sexuais tais como o estupro ou ataques a crianças merecem mais que prisão; quem comete esses crimes deveria receber punição física publicamente ou receber um castigo pior	Todos devemos ter fé absoluta em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos acatar
O policial é um guerreiro de Deus para impor a ordem e proteger as pessoas de bem	Os homossexuais são quase criminosos e deveriam receber um castigo severo	Pobreza é consequência da falta de vontade de querer trabalhar
	Às vezes, os jovens têm ideias rebeldes que, com os anos, deverão superar para acalmar os seus pensamentos	
	Hoje em dia, as pessoas se intrometem cada vez mais em assuntos que deveriam ser somente pessoais e privados	

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Com estas 17 assertivas em mãos, o Datafolha aplicou 2.087 entrevistas, em uma amostra estatisticamente representativa da população brasileira com 16 anos ou mais e em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte, entre os dias 07 e 11 de março de 2017. A amostra permite a leitura dos resultados por macrorregião do país, sendo que

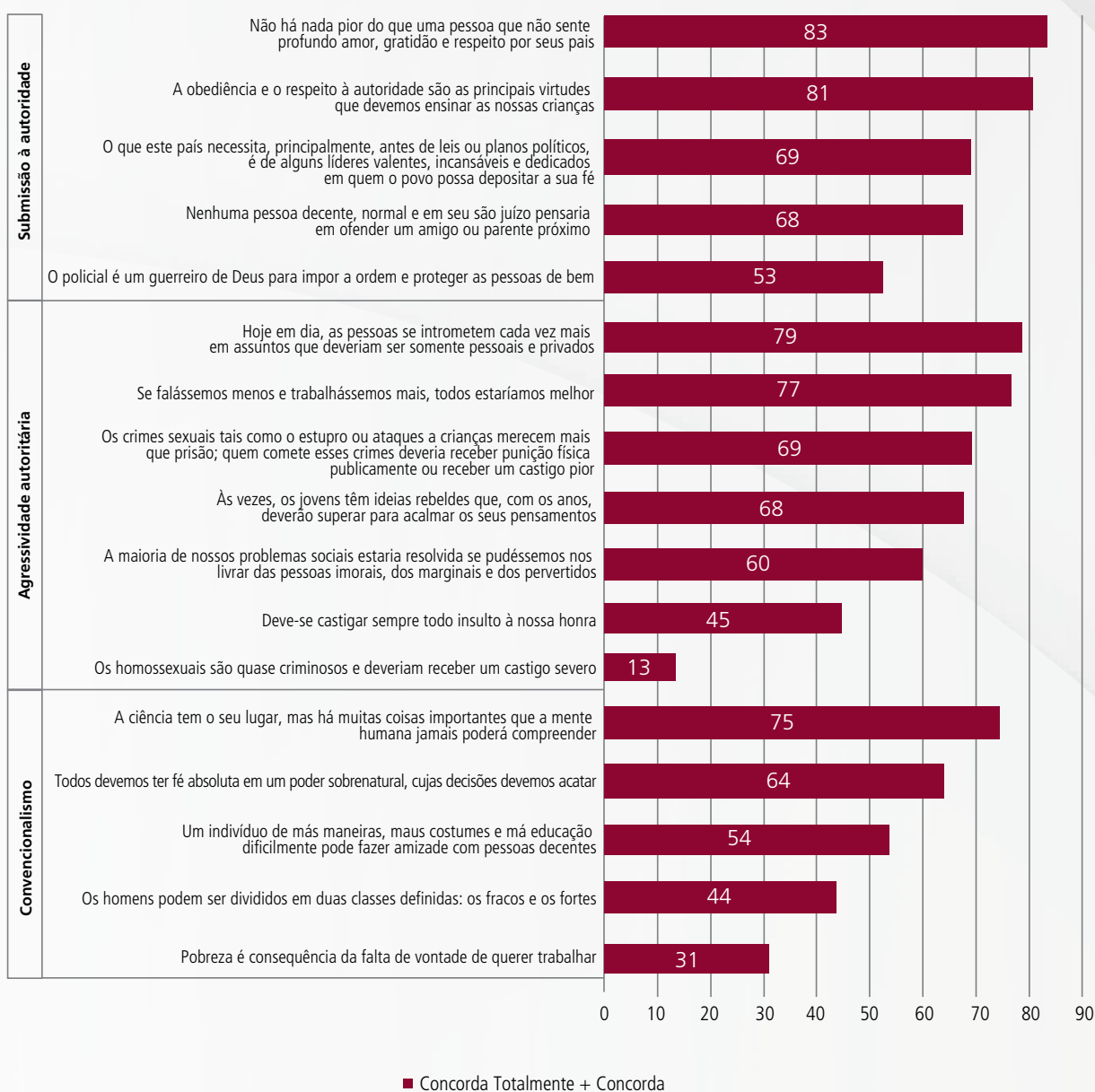
a margem de erro da pesquisa é de 2,0 pontos para mais ou para menos, considerando um intervalo de confiança de 95%. Ela fez uso de técnicas de abordagem pessoal dos entrevistados em pontos de fluxo populacionais a partir de questionários estruturados em seis níveis de concordância em relação às frases: *concorda totalmente*, *concorda*,

concorda parcialmente; discorda parcialmente, discorda, e discorda totalmente. Os resultados desagregados da bateria de questões aplicada pelo Instituto Datafolha constam do Gráfico 1.

Uma vez coletados os dados, os resultados descritivos da pesquisa foram usados para criação do **Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias**. Este índice corresponde a um ranking

de 1 a 10 pontos, sendo quanto mais próximo de 1 menor o apoio a posições autoritária e quanto mais próximo de 10 maior a adesão e apoio a elas. Na construção do Índice, foram descartadas as menções citadas como “Não sabe” e as análises preliminares necessárias à validação da Escala permitiram identificar ser adequada a realização de Análise Fatorial Exploratória (AFE), tendo obtido KMO (Kaiser Meyer Olkin) igual 0,914. O Teste de Esfericidade de

Gráfico 1: Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias, por dimensão (resposta estimulada e única, em %)



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Quadro 2: Grau estimado de propensão ao apoio a posições autoritárias

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
BAIXO				MODERADO			FORTE			

Escore médio da amostra = 8,10

Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

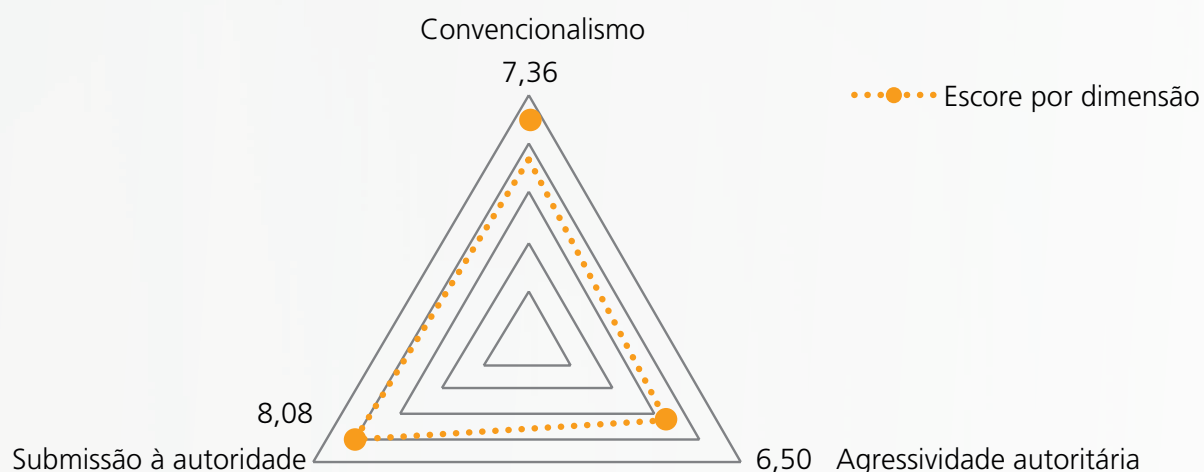
Bartlett's apontou $p < 0,001$ [$X^2 (136) = 6483,678$], indicando valor significativo e rejeição da hipótese nula de matriz de correlação identidade. A primeira AFE indicou uma matriz bifatorial com somente dois itens em um dos fatores. A variância explicada total foi de 36,37%. Por essa razão foi realizada uma nova AFE, com o estabelecimento de uma estrutura obrigatória de somente um fator, funcionando de maneira adequada. Com essa estrutura, foi realizada a Análise de Confiabilidade da Escala, com Alpha de Cronbach de ,824, muito próximo daquele observado por José Leon Crochík (2005).

Em outras palavras, em termos estatísticos, a Escala construída pelo FBSP para a mensuração do grau de adesão a posições autoritárias, compreendidas na perspectiva teórica e conceitual consagrada nos anos 1950 por Theodor Adorno e colaboradores, mostrou-se robusta e validada, mesmo com a utilização de uma quantidade menor de enunciados se comparada com os estudos anteriores. Nela, o escore médio (em

relação ao total de entrevistados na amostra) de apoio a posições autoritárias foi de **8,10**, o que pode ser considerado como indicativo de forte propensão de adesão às questões contidas nas subdimensões analisadas e de forma geral ao autoritarismo, de acordo com o grau estimado de propensão adotado neste texto e descrito na imagem acima.

E, se calcularmos os escores separadamente para cada subdimensão, é possível notar pela análise do Gráfico 3 que a subdimensão que mais se destaca no Brasil é aquela associada à submissão à autoridade, que explicaria vários aspectos da nossa cultura política e do atual cenário político e das perspectivas eleitorais para 2018, inclusive as recentes pesquisas eleitorais. E não somente vinculado a questões eleitorais, a população brasileira necessita de figuras de liderança que podem ser representadas pelo fortalecimento de grupos radicais e de celebridades virtuais presentes em diversas plataformas e redes sociais.

Gráfico 2: Escores calculados por dimensão do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A influência de variáveis demográficas e sociais

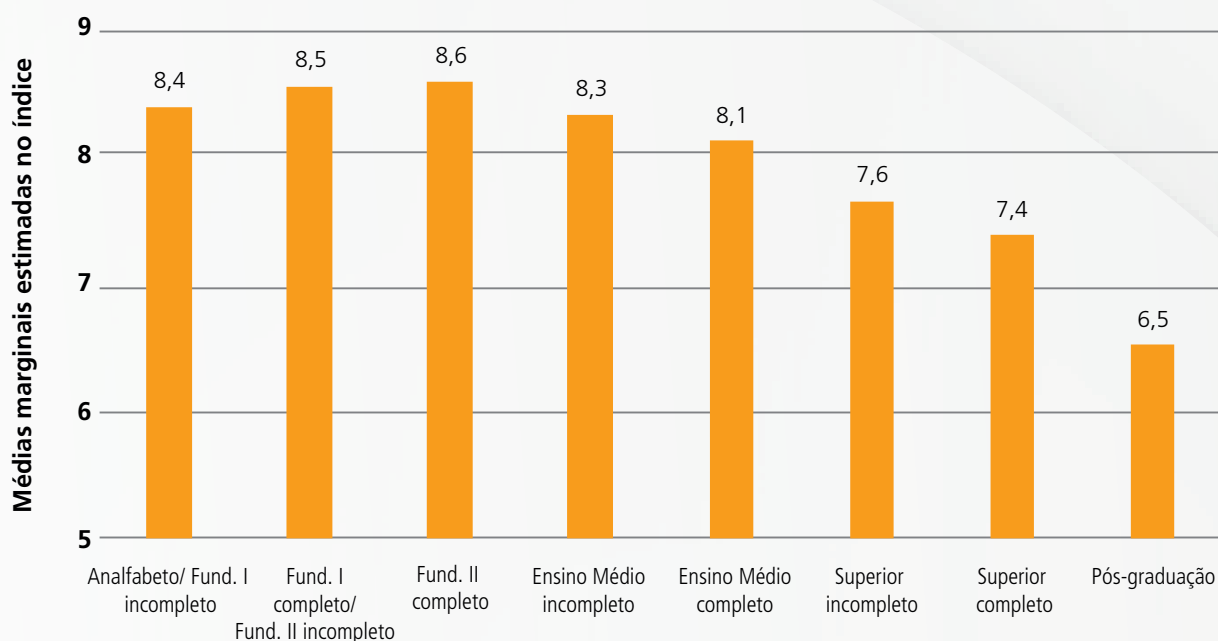
Este subitem apresenta alguns gráficos com as principais características demográficas e sociais da amostra pesquisada e que demonstraram diferenças estatisticamente significativas. De modo sintético, o **Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias** é influenciado por diversas variáveis e que serão mais bem descritas na sequência deste texto.

Escolaridade

A variável “escolaridade” revela que, na amostra analisada, quanto menor a escolaridade, maior a propensão a posições autoritárias; e, em sentido inverso, à medida em que cresce a escolaridade, diminui a propensão de apoiar estas posições. Aqui, um destaque, defende-se neste Texto para

Debate que a segurança pública precisa ser tomada como uma prioridade política e institucional e, caso a ideia seja não cair no reducionismo vigente que traduz tais políticas apenas à esfera das polícias e da justiça criminal, o resultado observado do índice dá pistas para se pensar em como a educação pode ser aproveitada como fator de promoção da cidadania e de prevenção da violência. Em reforço a esta evidência, se controlada a escolaridade por estratos de classes e de regiões do país, não são observadas mudanças significativas no comportamento do escore médio da escala – a escolarização destaca-se como fator de contenção de posições autoritárias mesmo se isolada das demais variáveis analisadas neste texto.

Gráfico 3: Escores calculados por dimensão do Índice de Propensão ao apoio a posições autoritárias



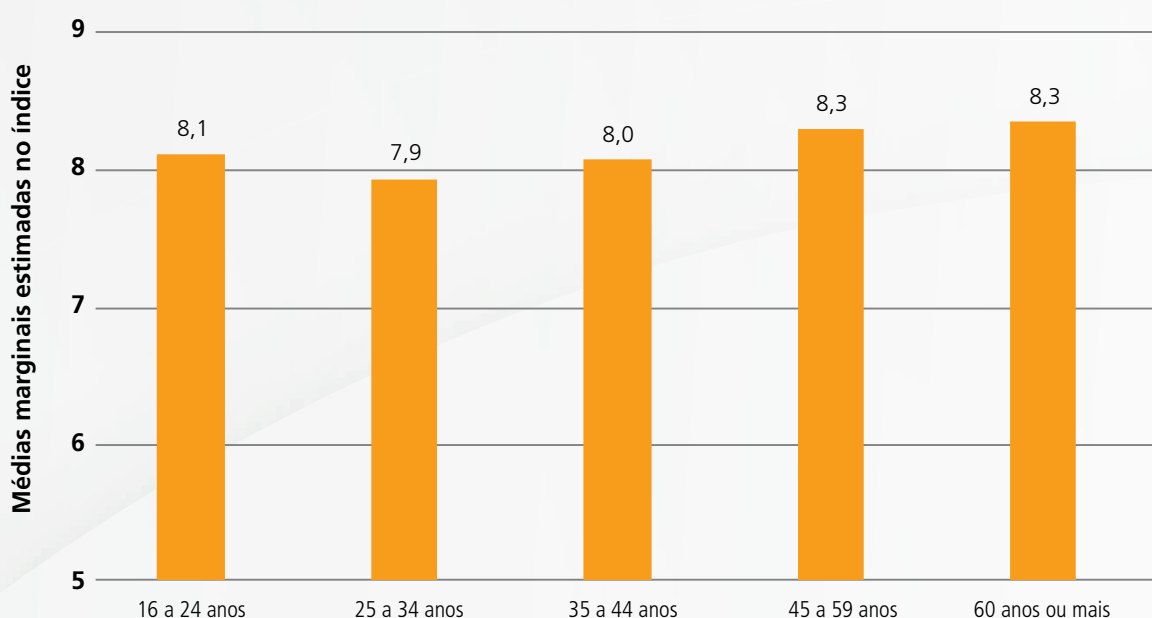
Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Faixa Etária

Tomada em seu conjunto e considerando as dimensões de submissão à autoridade e de convencionalismo, surpreende pouco o fato da faixa etária da população com maior adesão ser aquela mais velha. Todavia, notou-se que a faixa entre 16 e 24 anos de idade demonstra propensão de adesão a posições autoritárias em proporção levemente superior à população com idade entre 35 e 44 anos. A maior adesão a estas posições se dá na faixa etária de 60 anos de idade ou mais e, a menor, ocorre na população de 25 a 34 anos de idade. Porém, todas, em níveis muito próximos. Nesse processo,

considerando os novos grupos e movimentos políticos que ganharam destaque após as manifestações de 2013 e o impeachment da Presidente Dilma Roussef (O MBL é o caso mais visível), a juventude surge como um fator central para a explicação da atual forte propensão ao autoritarismo captada pelo Índice, na medida em que a média apurada para a faixa etária entre 16 e 24 anos de idade é idêntica a média geral da amostra. Também, pode-se evidenciar a centralidade das redes sociais e das figuras de autoridade virtual na dinâmica cotidiana das populações mais jovens, como também o acesso a smartphones e internet que são importantes meios de sociabilidade e identitários.

Gráfico 4: Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por faixa etária



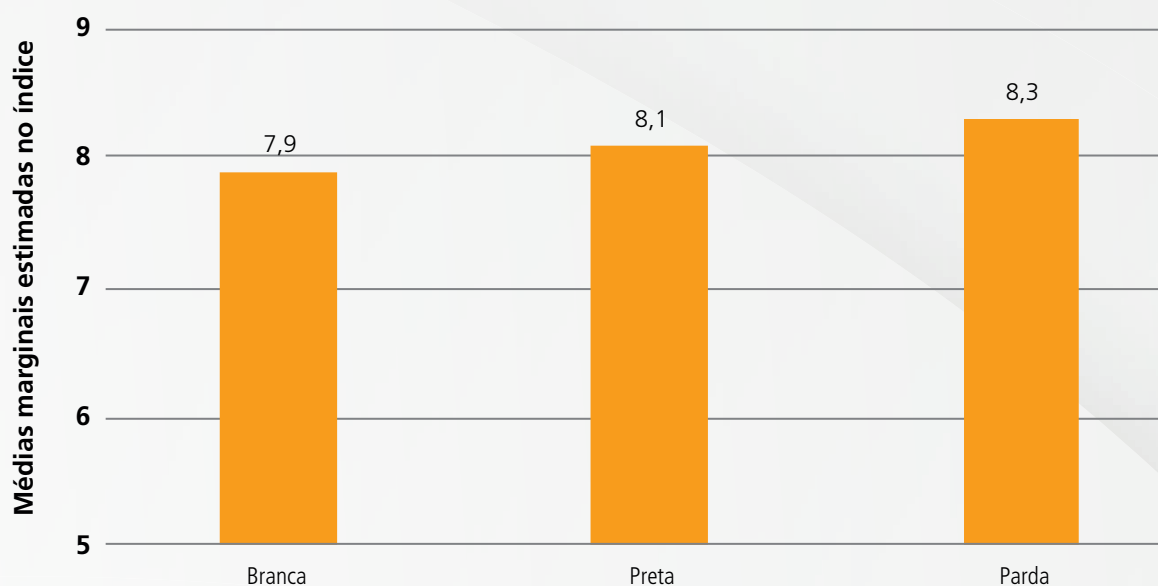
Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Cor/Raça

Em relação à variável cor/raça, observa-se que a maior adesão a posições autoritárias se dá entre os autodeclarados pardos, seguidos dos autodeclarados pretos e, depois, dos autodeclarados brancos. Se considerado o intervalo de variação das médias para cada categoria da variável raça/cor, contudo, nota-se que todas variam em um intervalo pequeno, que oscila cerca 0,4 pontos. Se aplicados testes de significância estatística, a única categoria que revelou comportamento distinto da média das demais é a categoria formada pelos autodeclarados pardos. Neste

caso, é necessário avançar na compreensão das razões que fazem com que somente os pardos tenham se destacado em relação à maior adesão a posições autoritárias. Mas, seja como for, a maior adesão às tendências autoritárias entre os pardos deveria ser considerada como um elemento para reflexão pelo movimento negro no país, que já acumula discussões e conquistas importantes sobre o reconhecimento deste segmento demográfico como componente da população negra brasileira e tem mais condições de compreender e explicar tal fenômeno.

Gráfico 5: Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por Cor/Raça



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

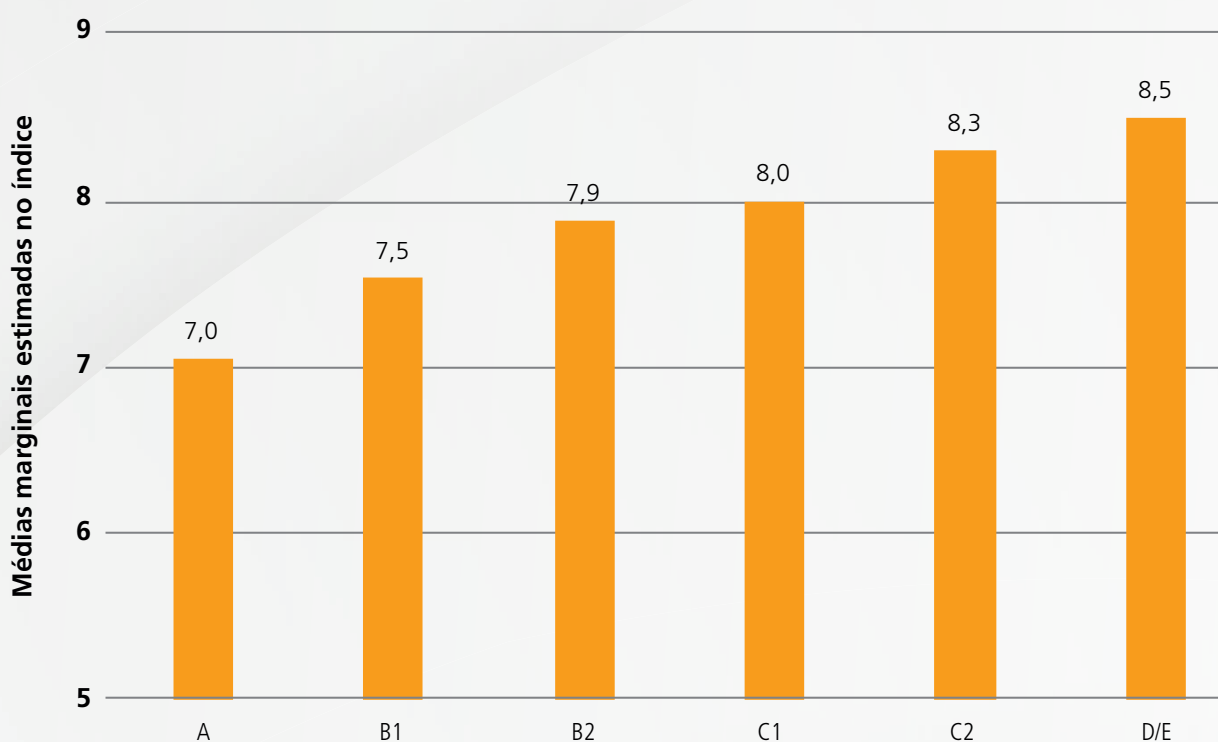
Classe Socioeconômica

A análise da distribuição da adesão a posturas autoritárias segundo classe socioeconômica, indica que conforme a população adulta do país avança em termos de mobilidade econômica, menos suscetível ela fica em relação às tentações autoritárias do tempo social presente. É verdade que a única categoria que se mostrou significativamente diferente das demais na amostra é o segmento da população classificado como integrante das classes D/E e, por esta razão, os valores observados para as demais categorias não podem ser tomados como fatores explicativos absolutos. Além disso, é importante salientar que as médias de todas as classes socioeconômicas brasileiras portam médias consideradas elevadas de adesão a posições autoritárias. Porém, alguns pontos podem ser destacados e problematizados a título de uma primeira hipótese a ser explorada por outros estudos. Considerando que a subdimensão latente que apresentou a maior média no Índice foi a da submissão autoritária, que está associada à expectativa de líderes fortes e salvadores da pátria, é possível supor que a maior adesão a posições autoritárias observada nesta categoria da amostra é fruto da correlação dos seguintes fenômenos: 1) as classes D/E são, proporcionalmente, exatamente as classes socioeconômicas mais dependentes de

programas e políticas sociais, que historicamente apresentam um déficit de cobertura e qualidade no Brasil; 2) os riscos de perdas de benefícios sociais, emprego e renda estão colocados hoje no debate público a partir do agravamento do cenário de crise fiscal e econômica mas, também, como efeito/subproduto da crise ética e da corrupção do Estado; 3) os integrantes das classes D/E são, por fim, aqueles mais suscetíveis de serem vítimas e sofrerem o impacto da violência e do crime.

Em suma, a maior adesão ao autoritarismo revelada entre as classes D/E pode ser vista como a tradução da soma de todos os fenômenos acima citados e seria responsável por retroalimentar uma enorme desconfiança e incerteza nestas classes em relação ao Estado e às políticas públicas. Tal processo projeta medos e temores frente ao futuro e frente à violência e agrava as profundas carências na incorporação destas classes como sujeitos de direitos e como atores econômicos na sociedade brasileira. Os pobres hoje estariam decepcionados com os déficits/retrocessos nas políticas sociais e, na inexistência de sólidos anteparos civis e de perspectivas democráticas, mais dispostos do que outros segmentos a embarcarem em discursos radicais salvacionistas.

Gráfico 6: Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por Classe Econômica



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

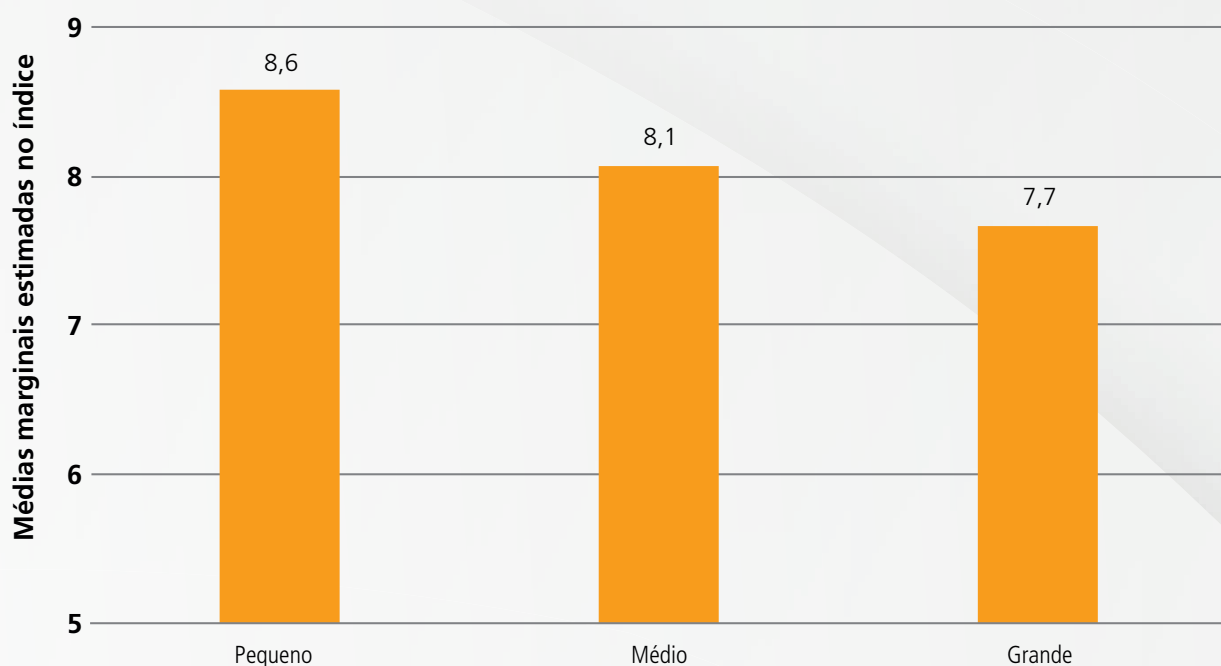
Porte dos Municípios

Ainda em reforço às hipóteses até aqui levantadas, a distribuição da amostra por porte dos municípios em que residiam os entrevistados mostra que há uma maior tendência de adesão a posturas autoritárias em municípios de menor porte populacional, com até 50 mil habitantes. Nestas localidades, a média do escore observado é um ponto acima daquela medida para os grandes municípios, numa evidência de que em paralelo com as demais variáveis, a dinâmica urbana e espacial das cidades influencia na configuração da propensão e/ou da disposição em aceitar saídas autoritárias. E, em um cenário de interiorização da violência criminal, as novas incertezas sociais e econômicas somam-se às tradicionais e por vezes violentas e cruéis formas de resolução de conflitos sociais e à insuficiente/seletiva presença do Estado. Há referências morais, políticas e institucionais autoritárias sobre como lidar com a nova realidade urbana e rural posta. Isso surge com destaque em municípios menores, mas tende a ser um fenômeno mais amplo.

Macrorregião do País

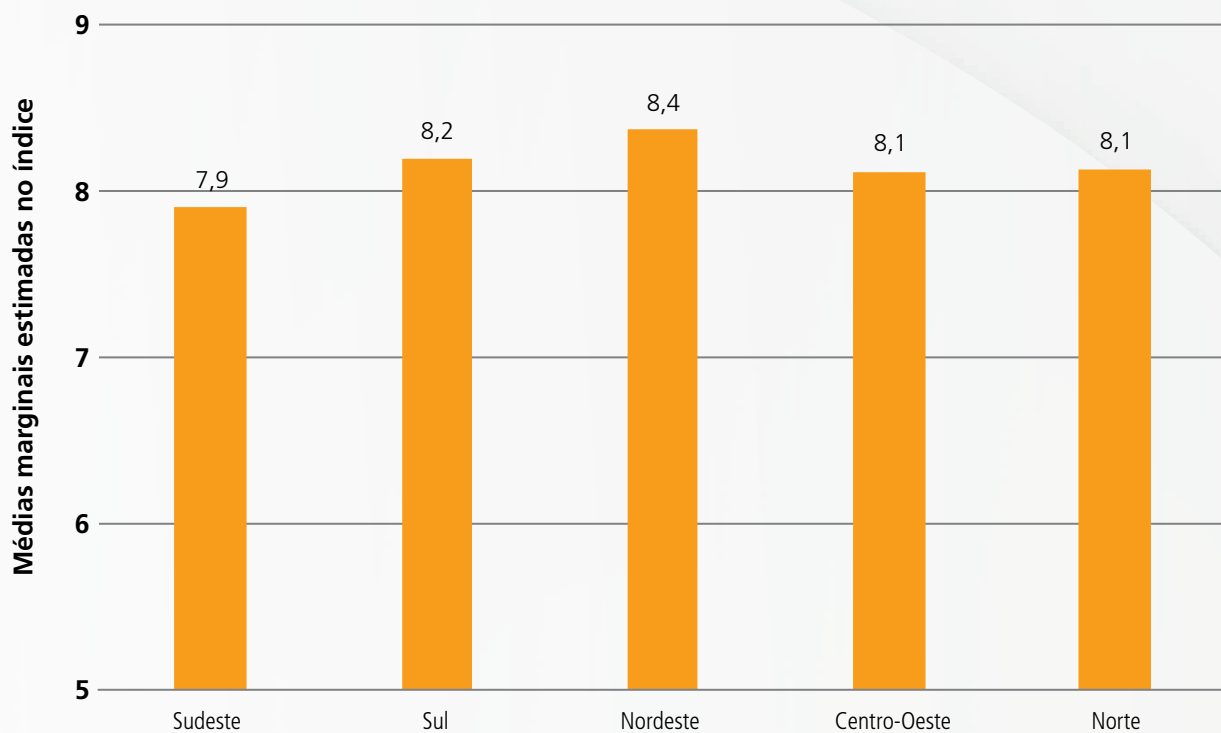
Para concluir a análise desagregada de variáveis demográficas e sociais que influenciam na determinação da maior ou da menor adesão a posições autoritárias, uma última categoria mostra-se relevante entre os dados coletados. Trata-se da distribuição da amostra por macrorregiões do país, pela qual o Nordeste também apresenta um grau de adesão às posturas autoritárias bem superior às demais macrorregiões do país. Em termos mais estruturais, a variável que melhor ajudaria a explicar este comportamento do índice seria, mais uma vez, a violência, que nos últimos anos tem passado por transformações que a deslocam de um padrão social mais difuso para um padrão que correlaciona a permanência de códigos de honra e conduta que sugerem a sua utilização como instrumento de regulação social com a falência do modelo de “guerra” que pauta nossas políticas criminais e penitenciárias e, por conseguinte, com o crescente poder do crime organizado e das facções na regulação da vida dentro e fora das prisões.

Gráfico 7: Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por Porte do Município



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 8: Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por Macrorregião do País



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Foi no Nordeste que as cenas explícitas de barbárie como as decapitações ou esquartejamentos de presos ganharam protagonismo, não obstante existirem em várias outras regiões do país. O Nordeste talvez possa ser visto como proxy da influência combinada de todas as variáveis dispostas no **Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias**, predispondo a população residente nesta região à uma maior propensão a posturas autoritárias, desde que tenham alguma perspectiva e/ou saída para as graves crises enfrentadas. Ainda mais depois que, por exemplo, vários programas

estaduais de redução da criminalidade parassem de surtir efeito e, ato contínuo, que as taxas de crimes violentos na macrorregião explodissem. A rápida mudança no padrão da criminalidade violenta no Nordeste e a insistência das autoridades em vinculá-la exclusivamente à dinâmica do tráfico de drogas parece tensionar ainda mais uma população que historicamente construiu sua identidade e suas representações sociais em laços de solidariedade que, na atualidade, são postos a prova pelas diversas transformações da sociedade brasileira e pelas contínuas crises e déficits civis acumulados.

O peso do medo do crime e da violência

O peso do medo do crime e da violência

Como explicitado nas páginas anteriores, uma característica central do Brasil moveu o FBSP no desenvolvimento do **Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias**, qual seja, a constatação de que a violência, seja ela emanada das relações sociais cotidianas, do crime organizado ou como padrão de ação do Estado frente ao enfrentamento do crime, faz parte da nossa história e que, mais recentemente, ela associa-se a uma série de déficits civis e democráticos para compor um cenário de medo e insegurança que embaralha as cartas do jogo político e institucional. O medo do crime e da violência nos impõe desafios gigantescos na construção de projetos políticos alternativos e faz da segurança pública um dos fatores com maior

carga explicativa do que pode acontecer com o país no curto prazo.

E como medimos essa assertiva? A principal ferramenta metodológica e analítica que nos permitiu associar e mensurar o impacto do medo do crime e da violência na escala usada para a construção do **Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias** foi a inclusão de uma bateria de quesitos aplicada pelo Instituto Datafolha na mesma pesquisa que serviu de base para o índice e que visou conhecer o grau de medo da população em relação ao conjunto de situações descritas no Quadro 2, em um índice sintético de medo da violência, que posteriormente foi cruzado com a Escala.

Quadro 3: Quesitos utilizados na mensuração do medo da violência entre a população brasileira

Ter sua residência invadida ou arrombada
Ter objetos pessoais de valor tomados a força por outras pessoas em um roubo ou assalto
Ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados
Se envolver em brigas ou agressões físicas com outras pessoas
Morrer assassinado
Ser sequestrado
Sofrer sequestro relâmpago
Ser vítima de agressão sexual
Ser vítima de uma fraude e perder quantia significativa de dinheiro
Receber uma ligação de bandidos exigindo dinheiro
Ser vítima de violência por parte da Polícia Militar, aquela que executa o policiamento fardado e ostensivo nas ruas
Ser vítima de violência por parte da Polícia Civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias
Ter o celular furtado ou roubado
Ter os seus conteúdos pessoais divulgados na internet
Ter os parentes envolvidos com drogas
Andar na vizinhança depois de anoitecer

Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Na operacionalização desta medida de medo da violência, foram usadas as respostas às 16 assertivas do Quadro 2 e recodificadas para valores que permitissem a variação entre 0 e 1 (0 = Não 1 = Sim). Adicionalmente, para evitar perda amostral, os indivíduos que informaram não ter carro ou moto foram computados como 0 no item “Você diria ter medo de... “ter seu carro ou moto tomado de assalto ou furtados? “. Com base em todos estes procedimentos, por fim, foi calculado o “índice de medo da violência” a partir do somatório dos 16 itens dividido por 16, de forma que o índice varia entre 0 e 1, sendo que 0 significa não ter medo de sofrer nenhum tipo de violência e o 1 em ter medo de sofrer todos os tipos de violência. Assim, quanto maior o valor do índice maior o número de violências que se tem medo de sofrer.

Como resultado, observou-se na amostra utilizada para a construção do **Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias** um índice médio de medo de sofrer violência de **0,68**, que revela um patamar moderado de medo da violência. Mas como a média muitas vezes pode esconder situações mais complexas, como medida adicional, a amostra foi dividida por quartis, ou seja, são grupos amostrais correspondendo cada um 25% da população amostral. Por exemplo, o primeiro quartil é referente aos 25% dos indivíduos com menos medo, já o quarto quartil se refere aqueles com 25% mais medo na amostra. E, na análise desagregada, percebeu-se que não há na amostra nenhum grupo que não esteja ao menos posicionado em um grau intermediário de medo da violência. Não há nenhum grupo que não tenha medo da violência.

Quadro 4: Índices médios referente a medo por quartil

1° Quartil	2° Quartil	3° Quartil	4° Quartil
0,5000	0,7500		0,9375

Índice médio da amostra = 0,68

Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ou seja, índice de medo da violência apurado para os 25% da amostra com mais medo atinge fortes 0,9375. Já o índice de 50% da amostra com níveis intermediários de medo da violência também é alto e alcança 0,7500. Porém, mesmo para os 25% dos entrevistados que foram classificados como tendo menos medo o índice ficou em 0,5000, tido como um valor moderado. Dito de outra forma, a amostra revela uma população amedrontada frente à possibilidade de ser vítima de um dos 16 quesitos indagados na pesquisa. E, o mais complexo, quando cruzamos os índices de medo da violência e de propensão ao apoio a posições autoritárias, constatamos que o grupo com mais medo tende a aderir com mais intensidade ao autoritarismo. Como o patamar de medo já é alto, a oscilação é pequena,

mas, de qualquer forma, ela indica que mais medo provoca mais adesão a soluções autoritárias, sendo essa diferença significativa em comparação com os com menos medo, como o gráfico abaixo chama atenção.

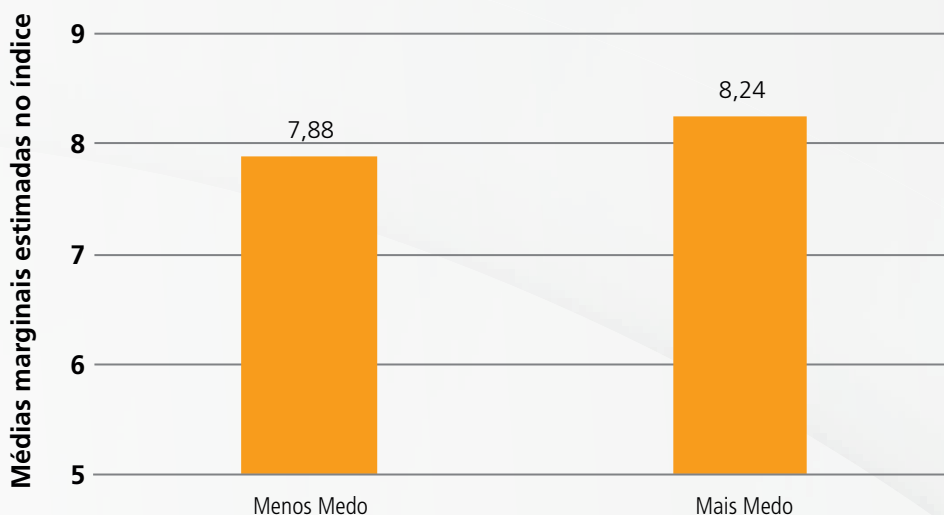
E é com base nestas medidas de medo e de autoritarismo que o FBSP reitera o papel do medo da violência e da segurança pública na determinação dos rumos e sentidos do debate político brasileiro nos próximos meses. O modo como o tema será incorporado e priorizado pelos diferentes atores e pela sociedade civil deve determinar a maior ou menor probabilidade de sucesso de discursos radicais na agenda eleitoral que se avizinha. Os resultados do índice de autoritarismo sugerem que segmentos que

enxergam na aniquilação autoritária da cidadania e da liberdade a forma de impor e manter a ordem, a moral e os bons costumes parecem ganhar eco a partir das incertezas sociais e políticas em que vivemos. No entanto, como vivemos em uma sociedade dinâmica e plural, é possível supor que quem melhor administrar as expectativas e for capaz de propor um projeto político e institucional que faça frente ao medo e à insegurança tende a levar vantagem até mesmo em relação aos grupos mais radicais.

E, desta suposição, deriva a indagação sobre os efeitos do medo e da violência entre setores da sociedade que, em teoria, estão mais próximos

da agenda de direitos civis, humanos e sociais e verificar de que forma algumas das ideias-força de seus discursos interagem na sociedade e ajudam na construção das representações sociais acerca da forma mais adequada para administrar conflitos e prover segurança pública no Brasil. No limite, a indagação visa compreender se há saídas críveis para o persistente drama da violência e se há grupos sociais capazes e dispostos a incluir a segurança pública no rol das suas prioridades para o debate político e que não estejam cooptados pelas intensas e fortes tentações autoritárias identificadas pelo **Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias**.

Gráfico 9: Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias por Medo da Violência



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Índice de Propensão ao apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais

Primeiro, para entender o Índice de Propensão à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais, é necessário compreender o processo de construção do Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias. Para este último instrumento, a opção do FBSP foi por utilizar uma metodologia consagrada mundialmente e que já acumula longa tradição teórica. Por certo há inúmeras outras abordagens acadêmicas sobre o papel da violência nas sociedades modernas e/ou os processos que contribuem para a construção das representações sociais, mas a força da perspectiva adorniana é oferecer uma medida quantitativa robusta e que pode contribuir para o debate público. E isso ocorreu muito em razão da ideia de aumentar a sensibilidade da medida de autoritarismo no Brasil, uma vez que já havia vários estudos prévios de validação estatística e teórica da escala criada para medir adesão à personalidade autoritária. Neste primeiro Índice, o desafio da equipe do FBSP consistiu basicamente em adaptar e testar uma metodologia consagrada em uma inédita amostra nacional da população brasileira e verificar se, neste processo, a validade da escala mantinha-se intacta, o que foi confirmado.

Porém, se em termos estatísticos e metodológicos, o Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias foi validado e corresponde à medida daquilo que a teoria adorniana concebe como personalidade autoritária, a equipe envolvida no projeto tinha consciência de que nenhuma abordagem, por mais tradicional que seja, está imune à críticas e/ou aperfeiçoamentos. Era necessário, por esta razão, ouvir algumas pessoas, entre elas especialistas acadêmicos e/ou líderes de entidades da sociedade civil, sobre os primeiros resultados e analisar até que ponto o índice calculado estava calibrado para a realidade brasileira. Para tanto, foi realizada uma reunião no Rio de Janeiro, em abril de 2017, com cerca de 17 centros de pesquisa ou organizações ligadas à defesa de direitos civis, humanos e sociais e os dados preliminares foram apresentados e analisados por todos os presentes.

Ao final, a conclusão foi que, para se ter um retrato mais fiel das diversas narrativas políticas e ideológicas que disputam a preferência da população na construção de suas representações sociais acerca dos quesitos investigados, uma espécie de medida “contrafactual” deveria ser idealizada e aplicada e, a partir da contraposição desta com a de personalidade autoritária, uma análise mais densa e robusta poderia ser feita sobre os rumos da sociedade brasileira. A compreensão, correta a nosso ver, foi que a pluralidade e o dinamismo da sociedade, ainda mais quando confrontadas com as novas fronteiras abertas pela tecnologia e pela comunicação global, não permitem a redução do sentido das relações sociais em apenas uma escala unidirecional rumo a um fenômeno A ou B.

E foi a partir dessa conclusão que o FBSP buscou desenvolver, a título complementar à primeira escala, o Índice de Propensão ao apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais. Por se tratar de uma medida operacional que visava controlar os resultados da primeira frente à realidade brasileira, a equipe não poderia contar com referências consolidadas na literatura acadêmica e precisou selecionar e combinar, ela própria, algumas ideias-força que movem o debate acerca da conquista e garantia de direitos no Brasil. Como ponto de partida, considerando que o objetivo primeiro do FBSP é discutir o lugar da violência e do medo nas representações sociais sobre como a segurança pública deve ser concebida e estruturada, optou-se pela escolha de enunciados postos no debate político acerca dos segmentos sociais, demográficos e políticos que, pelas estatísticas disponíveis, têm sido, proporcionalmente, mais vítimas da violência. A questão a ser medida, portanto, está na esfera política e na não da moral.

Por este procedimento, as questões do que se esperava ser esta nova escala visaram, basicamente, medir a propensão ao reconhecimento de que há

uma agenda de direitos promovida pela Constituição de 1988 que precisa ser preservada e mais bem implementada (Box 3), já que ainda em muito embrionária no que diz respeito à melhoria das

políticas públicas voltadas a determinados grupos sociais vulneráveis à violência e à desigualdade social. Operacionalmente, esta nova escala considerou 10 enunciados, sobre 5 dimensões principais, a saber:

- Gênero (papel do feminismo e da população LGBT) – 4 enunciados;
- Raça (existência de racismo e a validade de políticas públicas que visam mitigá-lo) – 2 enunciados;
- Pobreza e Desigualdade (função do Bolsa Família e relações de trabalho de empregados domésticos) – 2 enunciados;
- Laicidade do Estado – 1 enunciado;
- Condições Prisionais – 1 enunciado.

Com estas 10 assertivas/enunciados em mãos, o Datafolha aplicou 2.080 entrevistas, em uma amostra estatisticamente representativa da população brasileira com 16 anos ou mais e em 130 municípios de pequeno, médio e grande porte, entre os dias 04 e 15 de julho de 2017. Para esta pesquisa, a pedido do FBSP, o Datafolha incluiu no questionário uma pergunta extra, sobre a religião dos entrevistados. A amostra permite a leitura dos resultados por macrorregião do país, sendo que a margem de erro da pesquisa é de 2,0 pontos para mais ou para menos, considerando um intervalo de confiança de 95%. Ela fez uso de técnicas de abordagem pessoal

dos entrevistados em pontos de fluxo populacionais a partir de questionários estruturados em seis níveis de concordância em relação às frases: concorda totalmente, concorda, concorda parcialmente; discorda parcialmente, discorda, e discorda totalmente. Os resultados desagregados da bateria de questões aplicada pelo Instituto Datafolha constam do Gráfico 10, mas, em termos de primeiras análises, foi possível verificar algumas questões sobre diferenças socioeconômicas e demográficas que merecem ser mais bem detalhadas antes mesmo da apresentação da escala combinada com todas as dimensões.

BOX 3:

A crise econômica e o nacionalismo dos anos 1930 levaram, entre outros processos políticos e sociais, ao rompimento da cooperação entre alguns Estados-Nação e, em consequência, a uma série de conflitos difíceis de serem resolvidos. Para tentar superar esta realidade, no final da Primeira Guerra Mundial, em 1919, é formada a Liga das Nações, com o objetivo de manter a paz universal em torno de princípios de cooperação e segurança. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, os estados aliados, aterrorizados com as atrocidades cometidas pelo regime Nazista, chegam à conclusão que era necessário refundar a Liga das Nações em outros termos, que incorporassem direitos fundamentais que deveriam ser assegurados a todos os indivíduos.

E, em 1945, isso ocorre com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). A carta das Nações Unidas proclama os direitos humanos como objetivo geral a ser cumprido pelos Estados-Membros e pela Organização. Na medida em que esses direitos são reconhecidos internacionalmente, os Estados-Membros se comprometeram a promovê-los e garanti-los aos seus cidadãos.

Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos é adotada estabelecendo os direitos humanos como liberdades fundamentais.

Os direitos humanos são caracterizados pela sua universalidade e indivisibilidade. Universalidade devido à crença de que a condição de pessoa é o requerimento necessário para possuir direitos, considerando o ser humano um ser essencialmente moral. Indivisibilidade pela garantia dos direitos civis e políticos como condição para o cumprimento dos direitos sociais, econômicos e culturais.

Para que a proteção geral de todos seja garantida é necessário que seja levado em conta as especificidades e peculiaridades da condição social de categorias de minorias e de grupos tidos como mais vulneráveis como grupos de mulheres, negros e LGBTTs. Para o respeito dos direitos de todos é necessária uma igualdade que reconheça as diferenças e que as diferenças não produzam mais desigualdades. Dessa forma, os Direitos civis e políticos dizem respeito ao reconhecimento das diferenças para que se garanta o igual respeito de todos em suas diferenças. Além disso, o pleno exercício dos direitos políticos pode levar ao “empoderamento” dos grupos mais vulneráveis e o aumento da capacidade de pressão, articulação e mobilização políticas.

Os direitos civis e políticos se referem à participação no governo; proteção e segurança individual; associação e expressão e acesso à justiça. Implica a condenação de práticas discriminatórias e a promoção de formas mais humanas de tratamentos dos presos, por exemplo. Eles permitem que as liberdades individuais sejam respeitadas, incluindo o direito de ir e vir; o direito à vida e à liberdade de expressão. É importante frisar que na garantia dos direitos civis, a liberdade de cada um não deve comprometer a liberdade do outro. O exercício e a garantia dos direitos civis implicam a tolerância e o convívio com as diferenças.

Para saber mais:

Cassese, Antonio (2005). *International Law*. New York: Oxford University Press.

Johson, M. Glen; SYMONIDES, Janusz (1998). *The Universal Declaration of Human Rights: A History of its Creation and Implementation 1948 – 1998*. Paris: UNESCO Publishing.

FORSYTHE, David P. (2006) *Human Rights in International Relations*, United Kingdom, Cambridge. Cambridge: University Press.

Piovesan, Flavia. “Direitos Sociais, Econômicos e Direitos Civis e Políticos”. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, Ano 1, Número 1, 1º Semestre de 2004.

PRIMEIRAS ANÁLISES

Sexo

Desse modo, em uma análise sintética das variáveis socioeconômicas e demográficas da amostra utilizada para a construção do **Índice de Propensão ao apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais**, revelou que, logo de início, ser do sexo masculino parece indicar para um menor apoio à agenda de direitos das pessoas homossexuais. Na assertiva “Um casal do mesmo sexo (dois homens ou duas mulheres) pode adotar e criar filhos tão bem quanto um casal composto por um homem e uma mulher”, a média geral de concordância foi de 61% e, no caso dos homens, de 55%. Em relação à frase “Não há vergonha nenhuma em ter filhos(as) assumidamente homossexuais” os homens concordaram 66% frente a uma média geral de 72%. Na resposta às duas outras perguntas da dimensão “gênero”, referentes a direitos igualitários entre homens e mulheres, ser homem não se mostrou um fator explicativo para maior ou menor concordância. Já na variável cor/raça, foi observada diferença entre homens e mulheres apenas para uma das duas assertivas, em uma assertiva em que a discordância ao enunciados significa maior reconhecimento da existência do Racismo. A discordância em relação à frase “Hoje não há racismo no Brasil, apenas diferenças de classes sociais” foi menor entre homens, com valor de 67% em comparação com a média geral de 70%. Em relação à outra assertiva da dimensão raça “A adoção de cotas raciais para negros em Universidades e Serviços Públicos é importante para a redução da desigualdade entre brancos e negros no Brasil”, os homens não apresentaram diferença relevante em relação à média.

Faixa Etária

Considerando-se apenas as diferenças mais relevantes, para a assertiva “Um casal do mesmo sexo (dois homens ou duas mulheres) pode adotar e criar filhos tão bem quanto um casal composto por um homem e uma mulher”, a concordância entre o grupo de 16 a 24 anos foi maior que a média com uma diferença considerável, de 13 pontos (61% e 74%, respectivamente). Já na variável cor/raça, a assertiva “A adoção de cotas raciais para negros

em Universidades e Serviços Públicos é importante para a redução da desigualdade entre brancos e negros no Brasil” teve concordância menor entre o grupo etário mais velho (60 anos ou mais), com 62%, em comparação com a média de 69%. Nessas duas primeiras assertivas, os grupos etários que apresentaram maiores diferenças estavam nas duas pontas dos grupos etários: os mais jovens e os mais velhos entre todos os entrevistados. Porém, na dimensão referente às prisões, a diferença relevante apareceu entre o grupo intermediário de 25 a 34 anos, o que torna a interpretação mais desafiadora. Em relação à afirmação “Melhorar as condições das prisões brasileiras é fundamental para reduzirmos o poder das facções e do crime organizado”, a concordância geral foi de 71% e de 66% no grupo de 25 a 34 anos.

Cor/Raça

Em relação às assertivas que pretendem medir direitos relacionados a grupos raciais, as categorias pretos e pardos, que compõem a categoria negros, mostraram comportamentos distintos entre si. Na afirmação “A adoção de cotas raciais para negros em Universidades e Serviços Públicos é importante para a redução da desigualdade entre brancos e negros no Brasil”, houve diferença para o grupo “pretos”, com uma concordância de 71%, ou dois pontos percentuais a mais do que a média de 69%. Ser pardo não apresentou diferença em relação à média. A diferença do grupo raça preta em relação à média foi um pouco maior em relação à frase “Hoje não há racismo no Brasil, apenas diferenças de classes sociais”. Pretos discordaram da afirmação de que não há racismo no Brasil em um nível de 73% quando a média foi de 70%. Chama a atenção que entre o grupo raça/cor “parda” houve também diferença, mas em sentido contrário à raça preta: 67% das pessoas pardas que responderam discordaram da afirmação, ou seja, um percentual menor do que a amostra geral. Na dimensão de pobreza e desigualdade, entre os grupos das pessoas de raça branca, a concordância foi de 82%, menor que a média geral de 85%. Os pardos estariam, em uma oscilação que poderia estar no limite da margem de erro da pesquisa, menos propensos a reconhecer a existência do racismo e associar os fenômenos que afetam a população negra do país mais à dimensão renda.

Renda

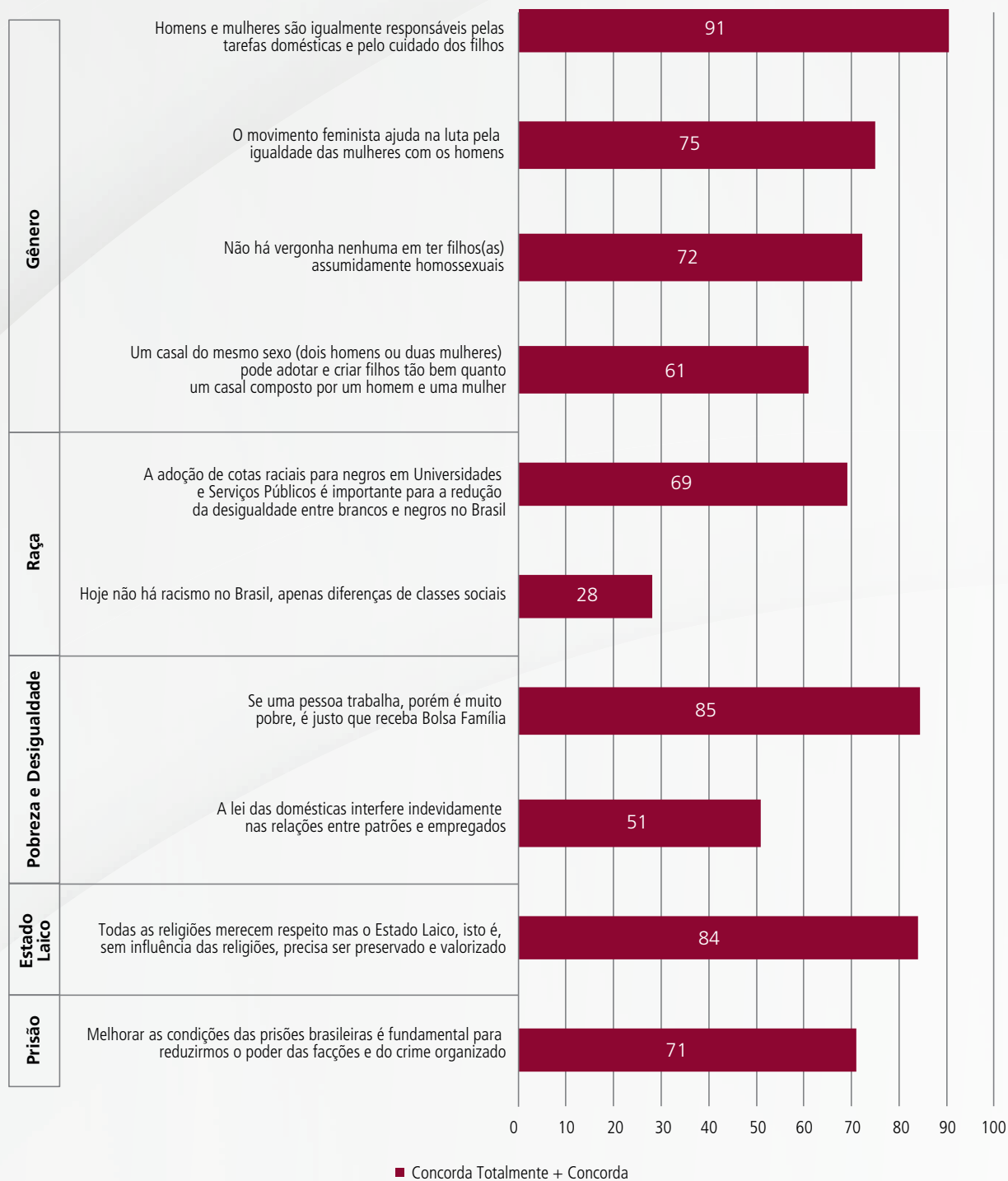
A renda foi a variável que apresentou mais variações em relação às diferentes dimensões de direitos. O grupo de maior renda, nos casos em que houve diferença, apresentou tendência a maior rejeição à agenda de direitos. Em relação à assertiva “Um casal do mesmo sexo (dois homens ou duas mulheres) pode adotar e criar filhos tão bem quanto um casal composto por um homem e uma mulher” o grupo com renda maior que 10 salários mínimos apresentou uma concordância de 51%, o que representa 10 pontos percentuais abaixo da concordância geral da amostra (61%). Quando perguntados se concordavam com a frase “A adoção de cotas raciais para negros em Universidades e Serviços Públicos é importante para a redução da desigualdade entre brancos e negros no Brasil”, o percentual de respostas afirmativas entre pessoas com renda maior que 10 salários mínimos foi quase 20 pontos percentuais abaixo da amostra como um todo (50% e 69%, respectivamente). O grupo de maior renda também mostrou menor sensibilidade em relação ao eixo prisões. A concordância de todas as pessoas entrevistadas foi de 71% em relação à frase “Melhorar as condições das prisões brasileiras é fundamental para reduzirmos o poder das facções e do crime organizado”, mas entre as pessoas com renda maior que dez salários mínimos a concordância foi menor, com 62%. O item que apresentou menor adesão à agenda de direitos foi a frase “A lei das domésticas interfere indevidamente nas relações entre patrões e empregados”, em que a maior discordância significa maior adesão à agenda. Nesse item, a discordância geral da amostra foi de apenas 41% e, de forma contra intuitiva, a discordância foi maior no grupo de 5 a 10 SM, com 52%. Essa informação é muito importante para a compreensão do índice de autoritarismo, pois se a população das classes D/E estão mais

sujeitas a aderir a discursos radicais propensos ao autoritarismo, a construção da agenda de direitos como um contraponto a posições autoritárias parece encontrar nas faixas de renda mais alta um fator limitador. A combinação desses dois movimentos ajuda a explicar muitas das questões postas hoje no debate público. O autoritarismo cresce também pela negação de direitos e não só pela adesão a teses salvacionistas.

Classe Socioeconômica

Em complemento à renda, outra medida de variável socioeconômica utilizada na pesquisa foi Classe Socioeconômica. Na dimensão pobreza e desigualdade foi perguntado se as pessoas entrevistadas concordavam com a afirmação de que “Se uma pessoa trabalha, porém é muito pobre, é justo que receba Bolsa Família”. Na amostra como um todo a concordância foi de 85%, mas na classe A adesão foi menor, com 70%. No sentido oposto, entre os respondentes das classes D/E, a concordância foi mais alta que a amostra geral com 92%. No eixo referente a gênero, a classe A apresentou comportamentos distintos em relação aos dois componentes. Para a frase “Homens e mulheres são igualmente responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos”, a concordância da Classe A foi maior do que a média com 97% (para a média a concordância foi de 91%). Já em relação à frase “O movimento feminista ajuda na luta pela igualdade das mulheres com os homens”, a concordância da classe A foi de 68%, mais baixa do que a concordância da amostra geral que foi de 75%. É possível notar que entre as classes de menor renda há uma tensão entre os eixos de desigualdade e pobreza de um lado e o eixo de raça, de outro. Em relação à frase “Hoje não há racismo no Brasil, apenas diferenças de classes sociais” a discordância para o total da amostra foi de 70%, mas entre as classes D/E foi de 59%.

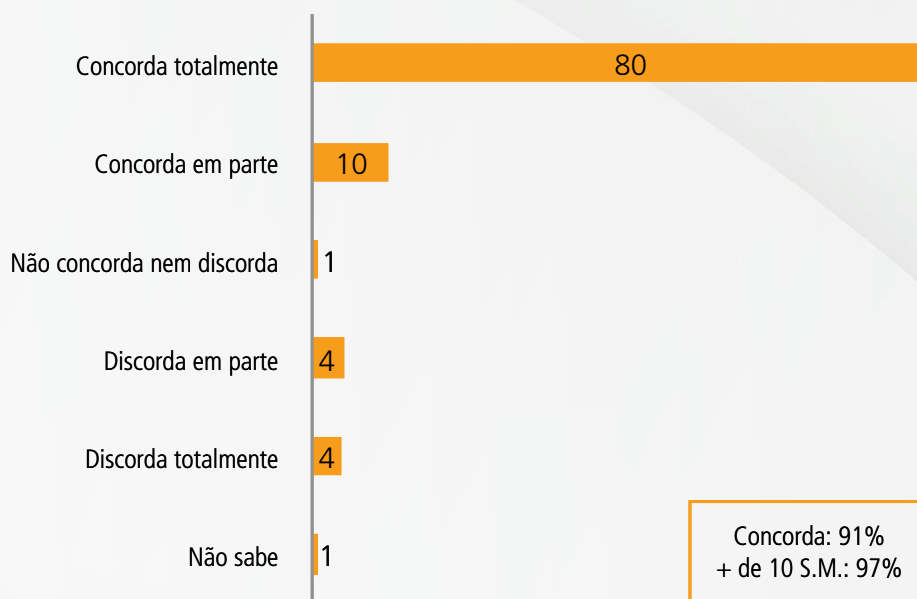
Gráfico 10: Propensão ao Apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais, por enunciado (resposta estimulada e única, em %)



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

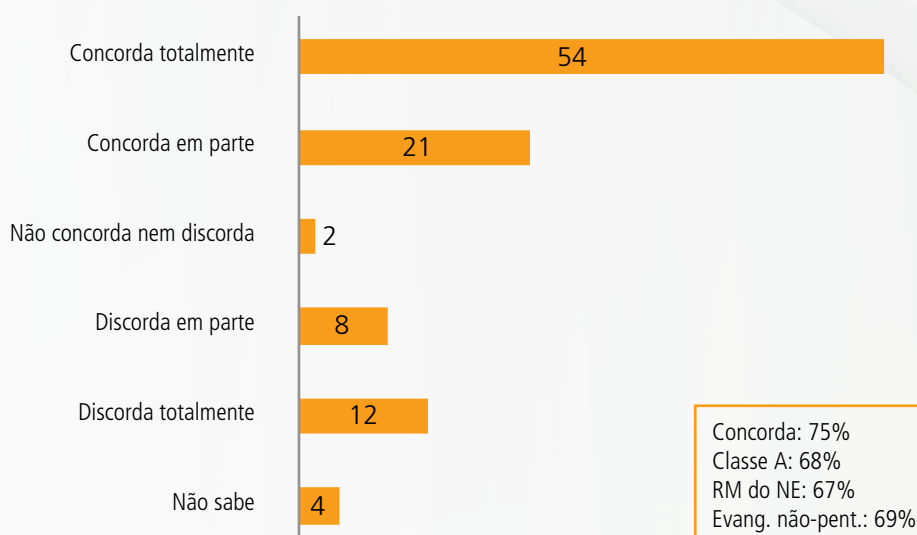
Gênero

Gráfico 11: Posicionamento da população em relação à afirmação “Homens e mulheres são igualmente responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos”



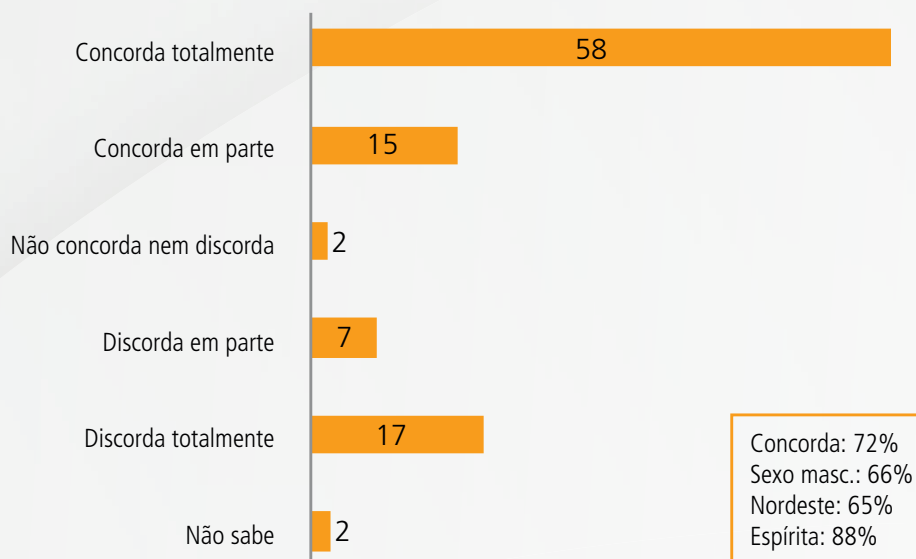
Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 12: Posicionamento da população em relação à afirmação “O movimento feminista ajuda na luta pela igualdade das mulheres com os homens”



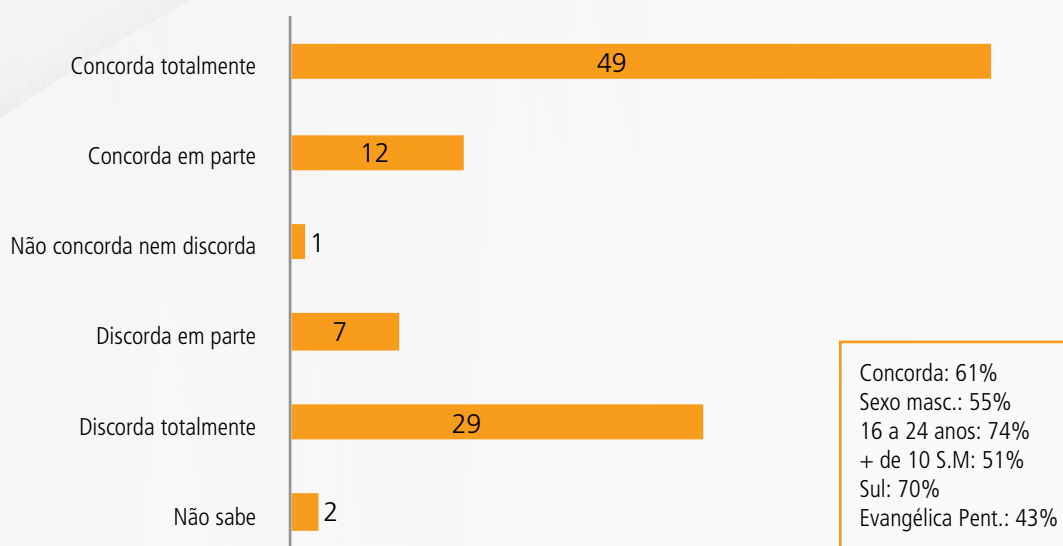
Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 13: Posicionamento da população em relação à afirmação “Não há vergonha nenhuma em ter filhos(as) assumidamente homossexuais”



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

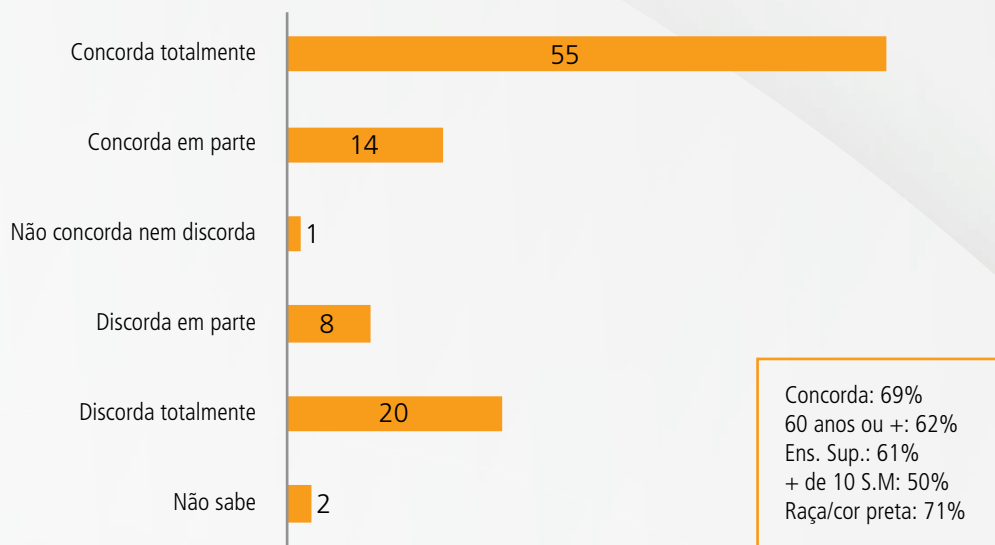
Gráfico 14: Posicionamento da população em relação à afirmação “Um casal do mesmo sexo (dois homens ou duas mulheres) pode adotar e criar filhos tão bem quanto um casal composto por um homem e uma mulher”



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

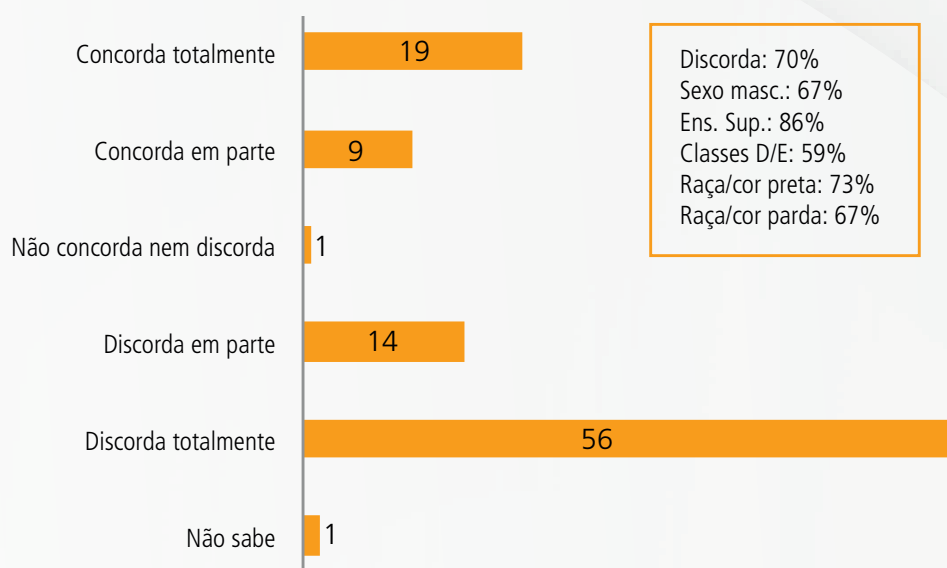
Cor/Raça

Gráfico 15: Posicionamento da população em relação à afirmação “A adoção de cotas raciais para negros em Universidades e Serviços Públicos é importante para a redução da desigualdade entre brancos e negros no Brasil”



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

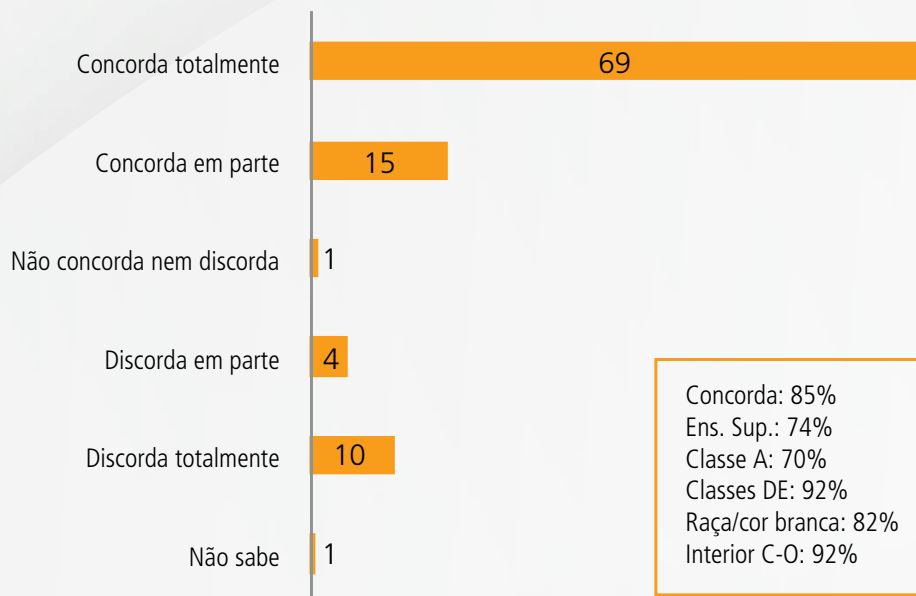
Gráfico 16: Posicionamento da população em relação à afirmação “Hoje não há racismo no Brasil, apenas diferenças de classes sociais”



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

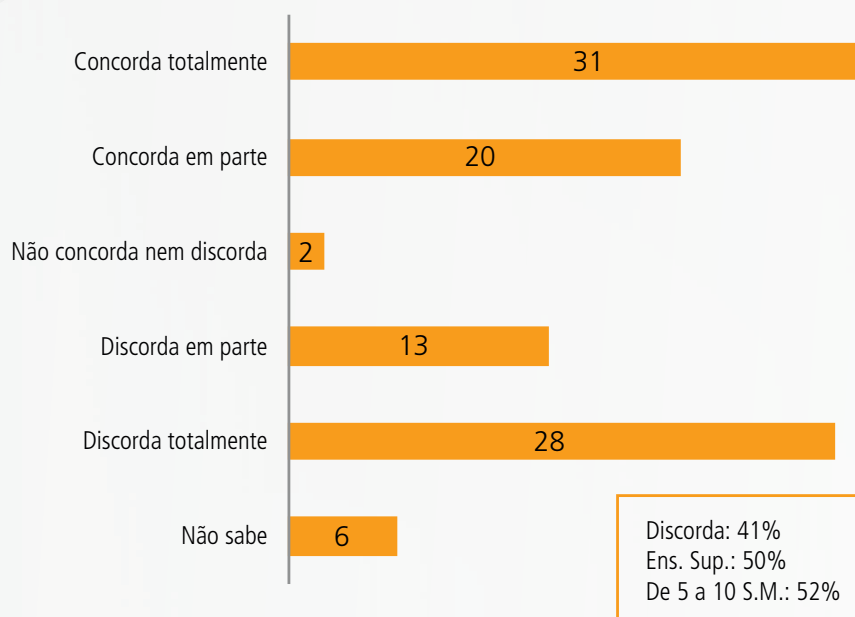
Pobreza e desigualdade

Gráfico 17: Posicionamento da população em relação à afirmação “Se uma pessoa trabalha, porém é muito pobre, é justo que receba Bolsa Família”



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

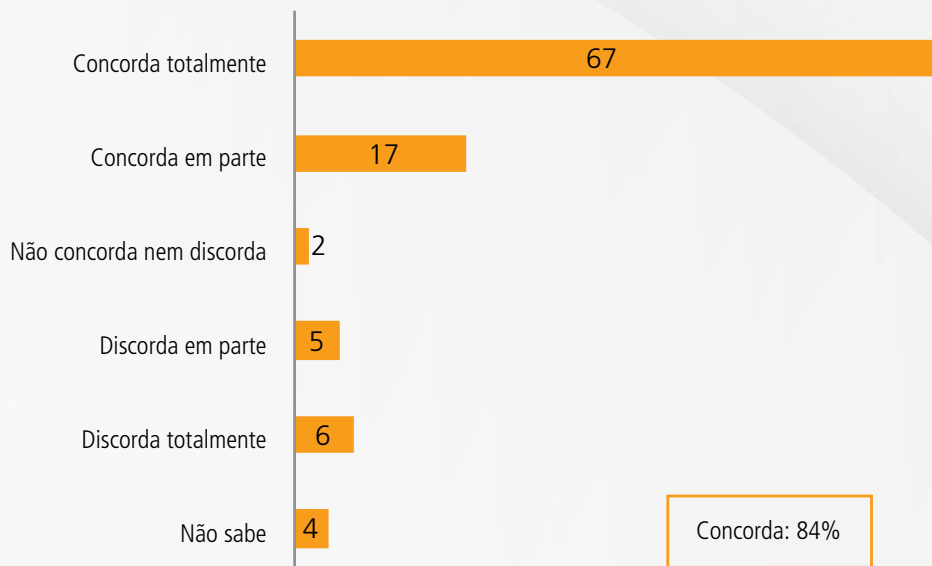
Gráfico 18: Posicionamento da população em relação à afirmação “A lei das domésticas interfere indevidamente nas relações entre patrões e empregados”



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Laicidade do Estado

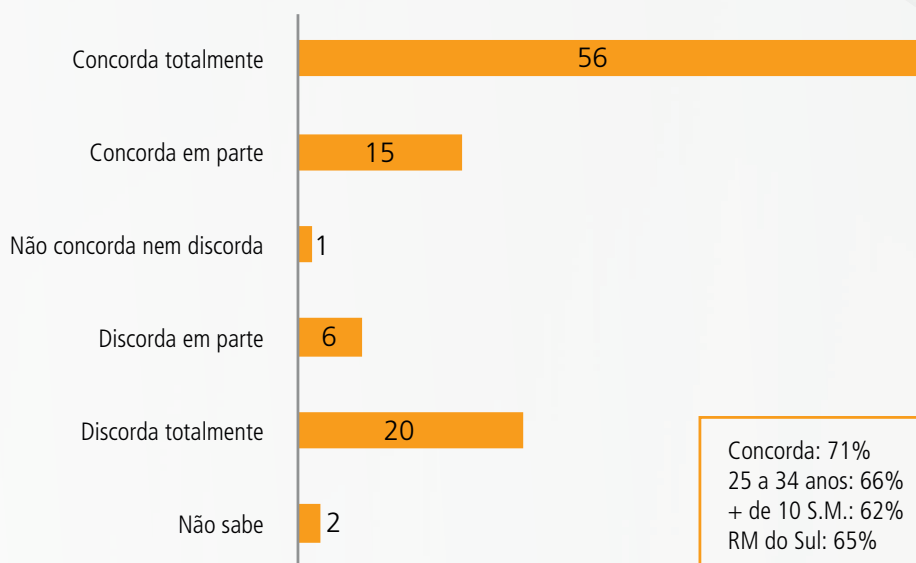
Gráfico 19: Posicionamento da população em relação à afirmação “Todas as religiões merecem respeito mas o Estado Laico, isto é, sem influência das religiões, precisa ser preservado e valorizado”



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Condições prisionais

Gráfico 20: Posicionamento da população em relação à afirmação “Melhorar as condições das prisões brasileiras é fundamental para reduzirmos o poder das facções e do crime organizado”



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A construção do Índice de Propensão ao apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais

Uma vez com os dados coletados, os resultados da pesquisa acima descritos foram usados para criação do Índice de Propensão ao apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais. Este Índice corresponde a um ranking de 1 a 10 pontos, sendo quanto mais próximo de 1 menor o apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais e quanto mais próximo de 10 maior a adesão e apoio a elas. Na construção do Índice, foram descartadas as menções citadas como “Não sabe”. Foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória, tendo obtido KMO (Kaiser Meyer Olkin) igual 0,630. O Teste de Esfericidade de Bartlett’s apontou $p < 0,001$ [$X^2(45) = 1202,64$], indicando valor significativo e rejeição da hipótese nula de matriz de correlação identidade. A primeira AFE indicou uma matriz tetrafatorial com variância explicada total de 54,19%. Apesar da boa variância explicada, foi observada a estruturação da escala em quatro fatores que não indicaram uma estrutura teórica válida. Esta escala, então, ainda seria dependente de maior aprofundamento e discussão sobre o significado e sentido do que está sendo medido. Em termos de teste de confiabilidade da escala, o Alpha de Cronbach de ,407, mostrou-se baixo e incapaz de validar por si a combinação entre as diferentes dimensões reunidas.

Desse modo, as diferenças observadas nesses resultados podem ser entendidas a partir de algumas hipóteses de trabalho, sendo a principal a que parece revelar que a escala formada estaria correspondendo à

ideia de reconhecimento das diferenças e da agenda de direitos em si de forma isolada, mas, ao contrário do que suposto inicialmente, cada grupo social/dimensão analisada estaria apresentando comportamentos muito distintos, não constituindo, por conseguinte, o que politicamente poderia ser visto como uma frente ampla em defesa desta agenda. O que está sendo medido, portanto, seria mais o esforço político de construção de identidades em torno da afirmação de direitos específicos do que, necessariamente, a conformação de representações sociais coesas e comuns. Porém, considerando que o índice estava sendo tomado menos como o esforço teórico e metodológico de criação de uma nova medida para a mensuração detalhada e pormenorizada do que pode ser visto como adesão à agenda de direitos civis, humanos e sociais e mais como uma tentativa “contrafactual” em relação ao Índice de Autoritarismo. O fato dos resultados já formarem uma escala e permitirem sua disposição em escores médios, permitiu à equipe do FBSP avançar na compreensão de algumas questões associadas às disputas hoje postas no debate político e ideológico quando medo da violência e segurança pública são cruzados.

E, com base nesta hipótese, a equipe optou por trabalhar, dada a relevância dos dados, com as variáveis desagregadas por nível/grau de concordância neste relatório e, para efeitos analíticos, reduzir os enunciados em uma única escala apenas de forma a posicioná-la em relação ao primeiro índice e em relação ao índice de medo da violência, permitindo a comparação e contextualização desta nova medida. Assim, o valor do escore médio do Índice de Propensão ao apoio à Agenda de Direitos Civis,

Quadro 5: Quesitos utilizados na mensuração do medo da violência entre a população brasileira (utilizados no Índice de Propensão ao apoio à Agenda de Direitos Civis, Humanos e Sociais)

Ter sua residência invadida ou arrombada.

Ser roubado, assaltado ou furtado em casa, no transporte ou na escola/trabalho.

Sofrer sequestro relâmpago.

Ser vítima de agressão física (em casa e na rua).

Morrer assassinado.

Ser vítima de agressão sexual.

Ter os seus conteúdos pessoais divulgados na internet.

Ter filhos(as) presos injustamente.

Ser vítima de violência ou agressão por parte das Polícias Civil ou Militar.

Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Humanos e Sociais foi apurado em 7,83, em um patamar menor mas relativamente próximo do observado para o índice de autoritarismo, que atingiu 8,10.

Como hipótese derivada, nota-se que mesmo com os limites estatísticos descritos, a escala por trás do Índice da Agenda de Direitos rejeita a ideia de contrafactual, ou seja, não parece existir uma oposição entre os dois índices que os anule mutuamente, uma vez que ambos estão fortemente presentes nos discursos da população. O resultado parece confirmar a premissa da existência de uma forte disputa pelo sentido da Política. E, por ela, vale observar este novo índice em relação ao medo da violência. Neste caso, uma ressalva importante, a estrutura utilizada para a construção do índice de medo da violência foi reduzida de 16, na amostra de março de 2017, para 9 respostas das 11 perguntas feitas na amostra de entrevistados em julho de 2017 (o questionário nesta parte de medo foi diferente nas duas amostras). Por fim, foi calculado o “índice de medo da violência” a partir do somatório dos 9 itens dividido por 9, de forma que o índice varia entre 0 e 1. Significando o 0 não ter medo de sofrer nenhum tipo de violência até o máximo de 1 (medo de

sofrer todos os tipos de violência). Assim, quanto maior o valor do índice maior o número de violências que se tem medo de sofrer.

Como resultado, à semelhança do que ocorreu quando do primeiro índice, há um alto índice de medo da amostra. O índice de medo de sofrer violência da amostra é de 0,79. E, se considerarmos a análise por percentis, iremos verificar que os 25% com menor medo já apresentam um valor de 0,6667, valor que salta para os 50% da amostra com menos medo para 0,8889 e, a partir dos 75% da amostra todos têm o máximo de medo possível. Foi também criado um grupo que seria considerado com pessoas com mais medo (variação entre 0,70 e 1 no Índice de Medo) e o grupo de pessoas com menos medo (variação de 0 a 0,69). Esses grupos foram comparados a partir da Média do Índice de Propensão a Apoio à Agenda de Direitos. E, como resultado, reforça-se que o medo é um fator de determinação de rumos mas que já encontra-se em um patamar médio bastante elevado, no que foi chamado no início deste texto da evidência de uma sociedade amedrontada.

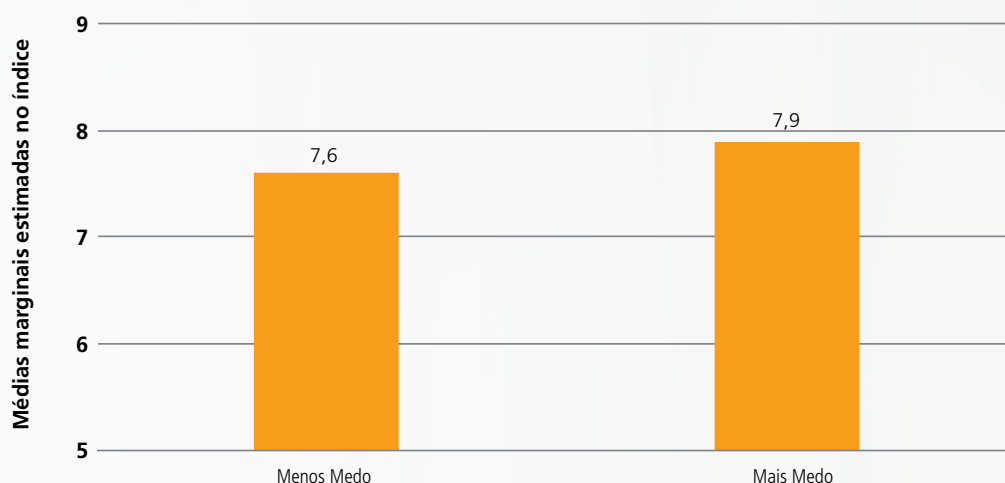
Quadro 6: Índices médios referentes ao medo por percentil

Percentis						
5	10	25	50	75	90	95
0,1111	0,3333	0,6667	0,8889	1	1	1

Índice médio da amostra = 0,79

Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 21: Índice de Propensão ao Apoio à Agenda de Direitos por Medo da Violência



Fonte: Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Considerações Finais

A criação e combinação dos vários índices aqui apresentados trouxe uma abordagem diferente para o drama da violência e para o debate político do país. Da direita à esquerda, passando pelo centro, todos os espectros políticos e ideológicos no país têm errado, a nosso ver, em reduzir a prevenção à violência e o combate à criminalidade como uma pauta exclusivamente policial e afeita à esfera penal e de controle da ordem pública. No campo que é e vai sendo capturado por gravidade pelas tentações autoritárias, as soluções retiram a legitimidade do monopólio do uso da força pelo Estado e fortalecem medidas que têm se mostrado ineficazes e ineficientes faz décadas. Mais recentemente, a bandeira da autotutela e da legítima defesa como valores supremos que estariam sendo violados pelo papel regulador do Estado no Brasil parece ser um exemplo flagrante deste movimento. Associada à esta defesa, esse campo tem reforçado a aceitação da separação da população em um grupo que deve ter seus direitos assegurados, entre eles a liberdade de matar se assim julgar que foi ameaçado; e um segundo grupo que, rotulado de perigoso e criminoso, deve ser objeto da vigilância constante e, se necessário, da neutralização física.

Por sua vez, é importante também salientar que os resultados do Índice da Propensão ao Apoio à Agenda de Direitos reforçam a existência de uma tendência de defesa dos direitos civis, sociais e humanos também presente no debate público e nas representações dos indivíduos. Os dados sugerem que estas posições coabitam com as posições autoritárias, inclusive, em alguns casos, com ambas sendo permeadas pela valorização de figuras de autoridade e oposição ao diferente. Todavia, no caso da agenda de direitos, a diferenças entre os níveis de medo também sugerem a hipótese de que há o reconhecimento de que esses direitos existem e que funcionariam como fator de proteção em relação à violência. Mas isso seria mais verdade para os mais pobres, com destaque para a informação de que para os mais ricos, a agenda de direitos parece não

encontrar eco. Há resistências neste segmento à ideia de ampliação de direitos civis, sociais e humanos. O problema, como vimos, é que as várias dimensões e/ou grupos sociais não necessariamente comungam de estratégias comuns e de ações coordenadas. O fator de ligadura de todos esses processos sociais e simbólicos passa a ser, novamente, a forma como lidamos com o medo e com a violência, ou seja, como estruturamos as políticas de segurança pública.

Diante de todas estas questões, o FBSP acredita que soluções mais duradouras para um novo e inclusivo modelo de desenvolvimento social do país exige que o dilema da segurança pública seja encarado como estratégico e fulcral. A busca de soluções para a área passa, obrigatoriamente, pela construção de um projeto político de interdição da violência como linguagem corrente nas relações sociais cotidianas e de valorização da cidadania e da agenda de direitos esboçada a partir da Constituição de 1988. Para tanto, instituições fortes e valorizadas devem ser (re)construídas, mas sem que isso seja confundido com a valorização de padrões violentos ou seletivos. O foco deve ser a redução da violência e do medo; a investigação eficaz do crime; a punição adequada e célere de seus autores; e, do mesmo modo; a valorização profissional e a garantia da cidadania a todas e todos. Só que, ao propugnar tal projeto, temos consciência de que a questão é bem mais complexa e, portanto, faz-se necessário investir na compreensão das percepções e representações sociais que hoje regem os comportamentos individuais e que legitimam as práticas institucionais e coletivas que estão a determinar os rumos e sentidos da Política. É necessário inovar, pois, na atualidade, a defesa tradicional da agenda de direitos está contraposta e limitada pelo medo, pela insegurança, pela ideia de redução e falência do Estado e pela descrença nas instituições públicas.

Em síntese, ou modernizamos discursos políticos e nos mobilizamos em torno do tema da segurança pública em uma perspectiva

democrática e de reconhecimento do Brasil como uma sociedade plural e multicultural, ou estamos correndo riscos de vermos retrocessos reais em termos de desenho e implementação de políticas de segurança pública e garantia da cidadania, independente do fato de as atuais políticas já não darem conta dos desafios existentes. O que já é grave, pode ficar ainda mais e pior. E, para que esta modernização seja possível, já que o país dá sinais de flertar com a deslegitimação das instituições democráticas (o Datafolha divulgado em 01/10 mostra a perda relativa de confiança do brasileiro na democracia

como melhor forma de governo), o FBSP reforça sua vocação de dar transparência a fenômenos muitas vezes invisibilizados e/ou minimizados. Investigar quais são as tendências autoritárias e violentas que estão presentes no atual tempo social em que vivemos e de que modo elas influenciam na construção das representações sociais sobre como segurança e cidadania devem ser reguladas e guiadas nos próximos anos é, em grande medida, um chamado para que cerremos fileiras e mobilizemos posições e posturas políticas que podem e devem ser fortalecidas na perspectiva de elas servirem de contranarrativa aos discursos autoritários.



**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

VIDAS E NÚMEROS QUE IMPORTAM!

www.forumseguranca.org.br

Rua Amália de Noronha, 151, Cj. 405

Pinheiros 05410 010

São Paulo SP Brasil

Tel/fax 11 3081 0925

contato@forumseguranca.org.br